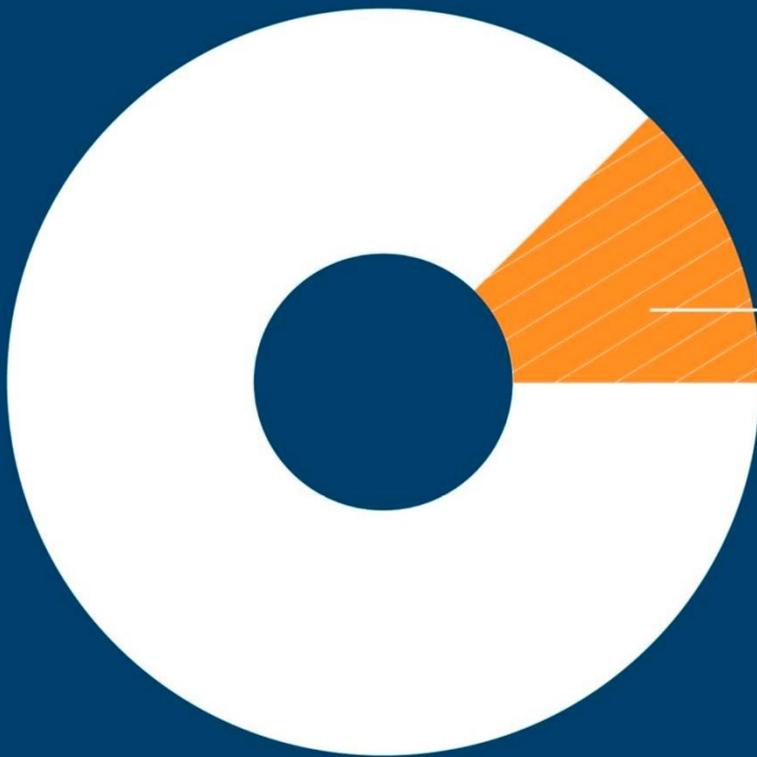


Relatório Anual
de Informações

2018

Icatu FMP

Aproveite **12%**
do Benefício Fiscal
e ganhe de três
maneiras diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

Segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

E terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para conhecer melhor esse benefício, **ligue 0800 285 3004**.

Acesse o Icatu Online pelo site **icatuonline.com.br**,

lá você poderá consultar o seu plano e ver extratos.

Relatório do Plano de Aposentadoria da T-Systems

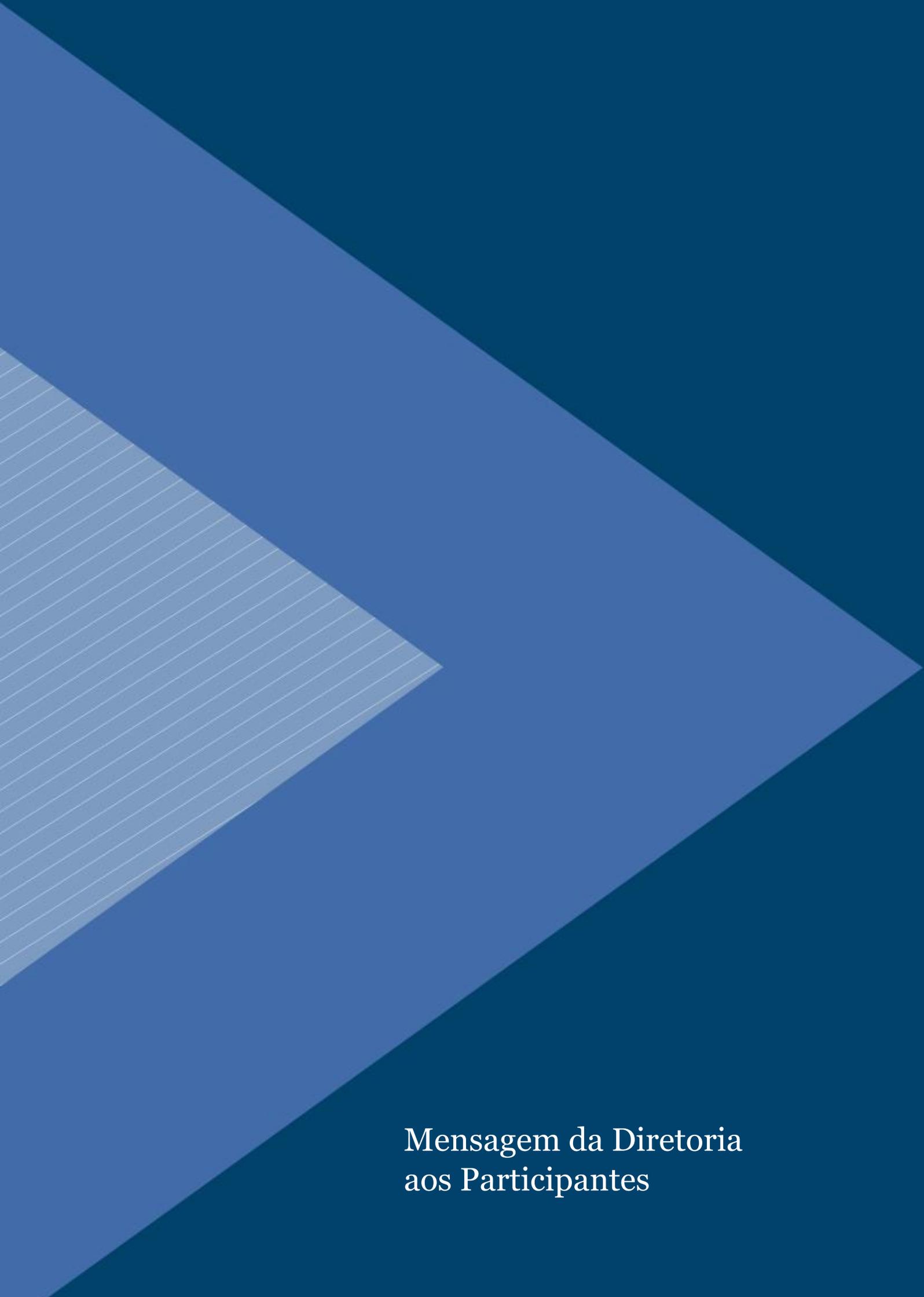
5	MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
7	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
9	ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP
11	SÍNTESE ICATUFMP
13	PANORAMA ECONÔMICO DE 2018

Resultados da Entidade em 2018

24	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE
60	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
63	PARECER DO CONSELHO FISCAL
65	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Resultados do Plano em 2018

68	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO
71	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO
73	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
75	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
79	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
82	GLOSSÁRIO
85	ANEXO PARECER ATUARIAL



Mensagem da Diretoria
aos Participantes

MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES

Caro participante,

O Icatu Fundo Multipatrocinado (IcatuFMP) apresenta a seguir seu Relatório Anual de Informações (RAI) 2018, entregando um resultado consistente em meio a um cenário de incertezas políticas e macroeconômicas. Mais do que uma prestação de contas, o documento dá visibilidade e transparência ao desempenho, situação patrimonial, resultado dos investimentos, despesas administrativas e situação atuarial de seu plano de benefícios.

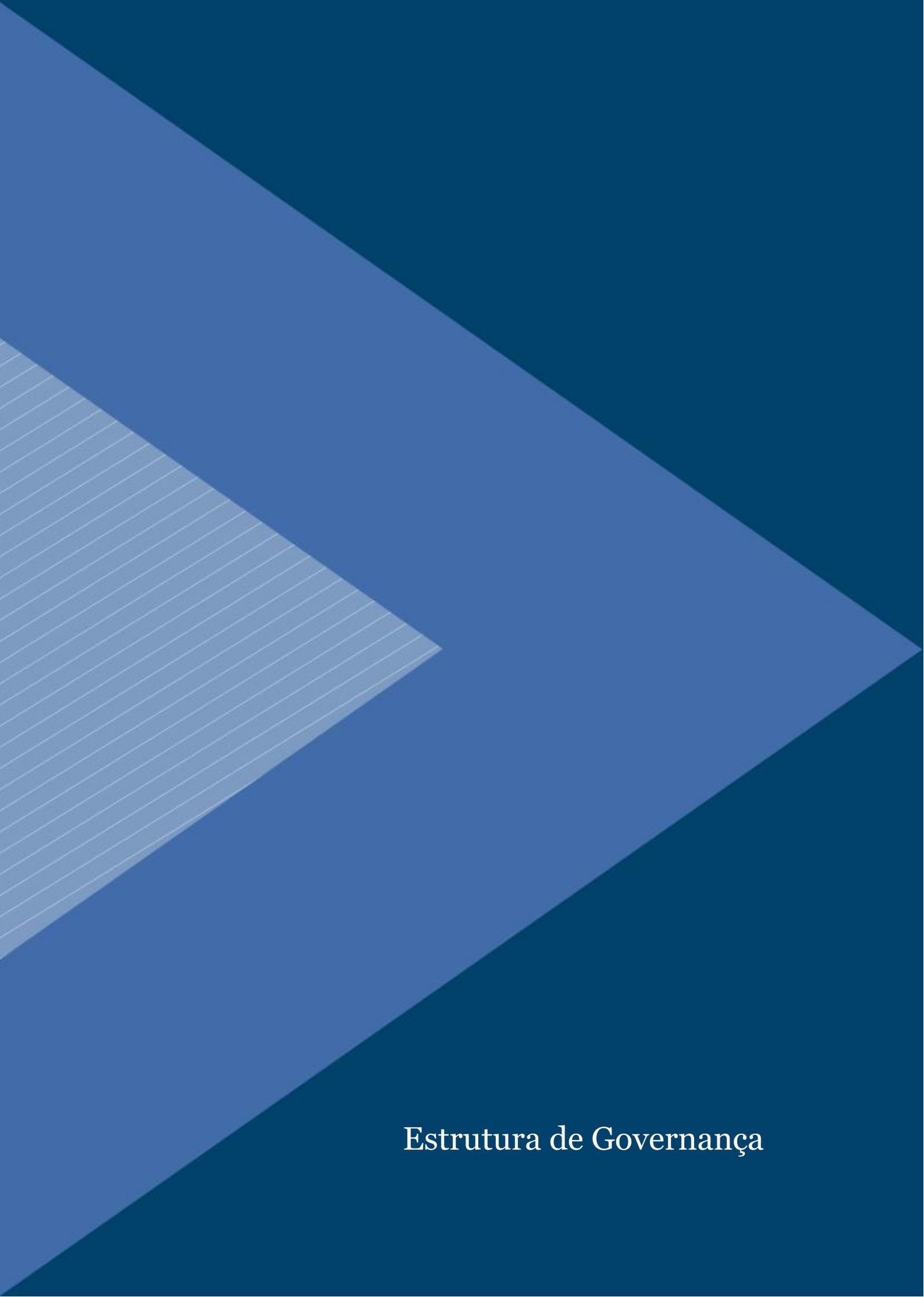
Importante ferramenta de acompanhamento da administração e gestão do seu plano e do IcatuFMP, o RAI 2018 aborda ainda sobre os nossos esforços para contribuir de forma cada vez mais relevante para a sociedade e contempla nossas estratégias para promoverem um ano ainda melhor para nossos patrocinadores e clientes.

Com uma importante marca de R\$ 2,4 bilhões em valor de patrimônio, encerramos o ano certos de que trilhamos um caminho sólido, pautado na competência e no profissionalismo, os quais norteiam nossas ações.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, conselheiros, patrocinadoras e, em especial, a todos os nossos participantes, assistidos e pensionistas pela confiança de seguirmos juntos por mais um ano.

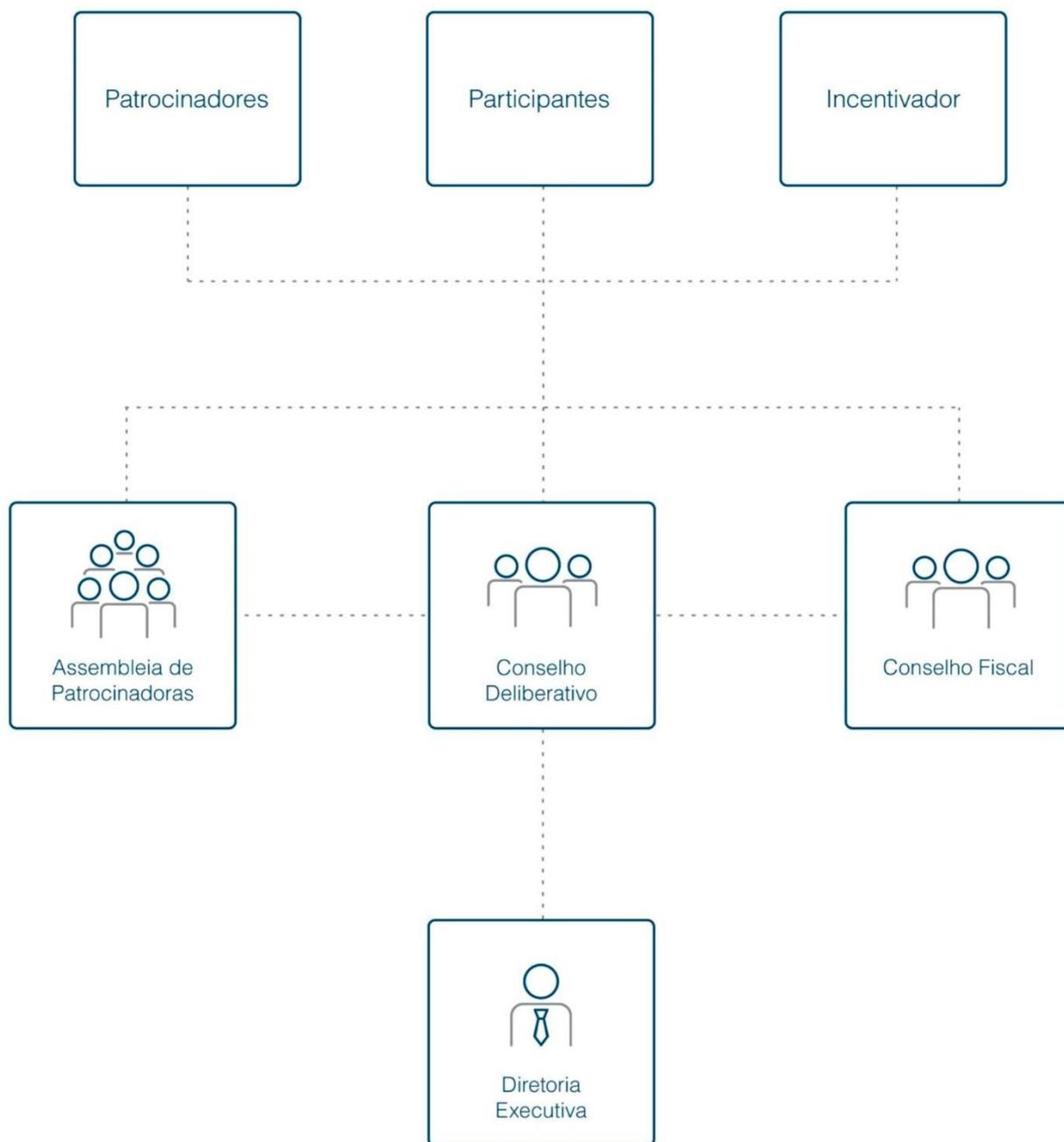
As informações contidas neste documento estão disponíveis exclusivamente em formato digital e podem ser acessadas – em versões completa e resumida – pelo site www.icatuonline.com.br.

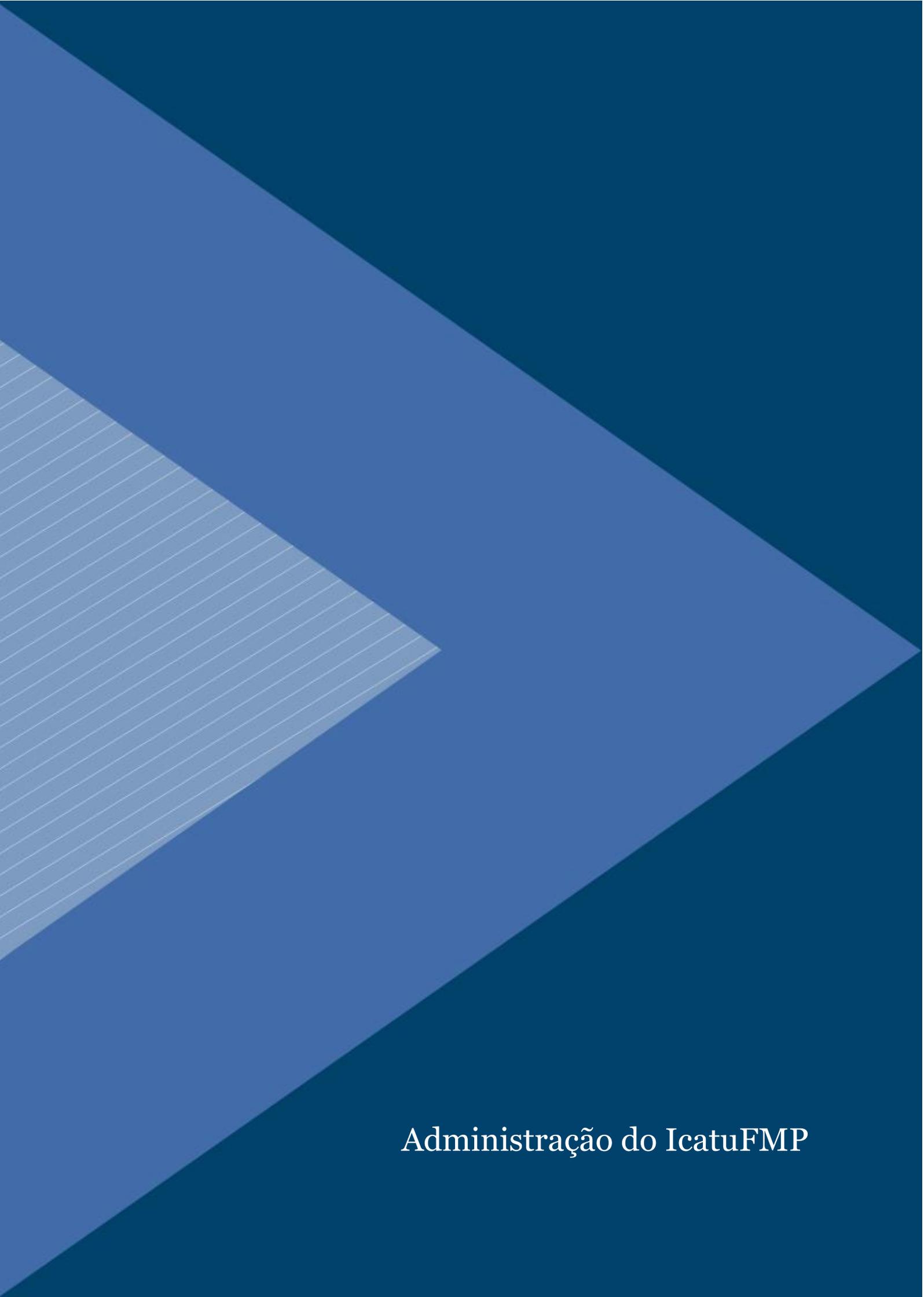
Boa leitura.



Estrutura de Governança

Estrutura de Governança (Ano 2018)





Administração do IcatuFMP

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Egidio

Diretor Superintendente e AETQ

Luciano Snel Córrea

Diretor

Márcio Santiago Câmara

Diretor

Alexandre Petrone Vilardi

Diretor

CONSELHO DELIBERATIVO

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luciana da Silva Bastos (Presidente)

Márcio de Moraes Palmeira (Suplente)

Greicilane Ruas Martins de Queiroz (Titular e Vice-Presidente)

José Fiel Faria Loureiro (Suplente)

Bernardo Dieckmann (Titular)

Representantes Demais Patrocinadores

Fabio Lopes Vilela Berbel (Titular)

Rodrigo Duarte Bayma (Suplente)

Carlos Mendes Rosetti (Titular)

Rodrigo Lemes Flores (Suplente)

Ana Claudia Oliveira (Titular)

Paulo Roberto Diniz Lins (Suplente)

Representantes Participantes e Assistidos

Mauricio Hiroshi Muramoto (Titular)

Lizete Malucelli Ribeiro (Titular)

Francesca Mazzi (Suplente)

Dárcio de Moraes Filho (Titular)

CONSELHO FISCAL

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luiz Eduardo Edelsberg (Titular)

Gustavo Padula Drummond (Suplente)

Representantes Demais Patrocinadores

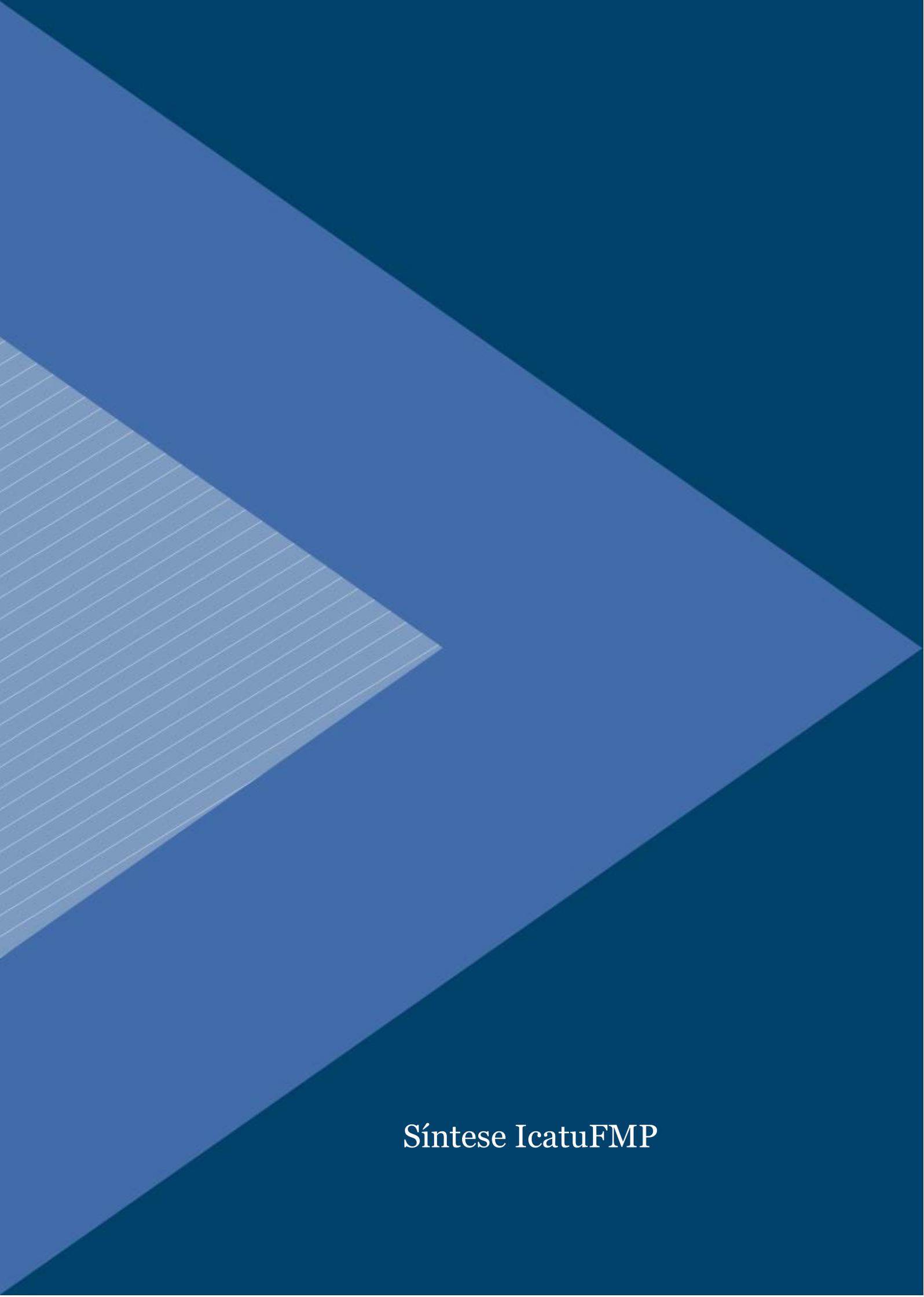
Heber Leal Marinho Wedemann (Titular)

Paulo Henrique Bottino Alves de Melo (Suplente)

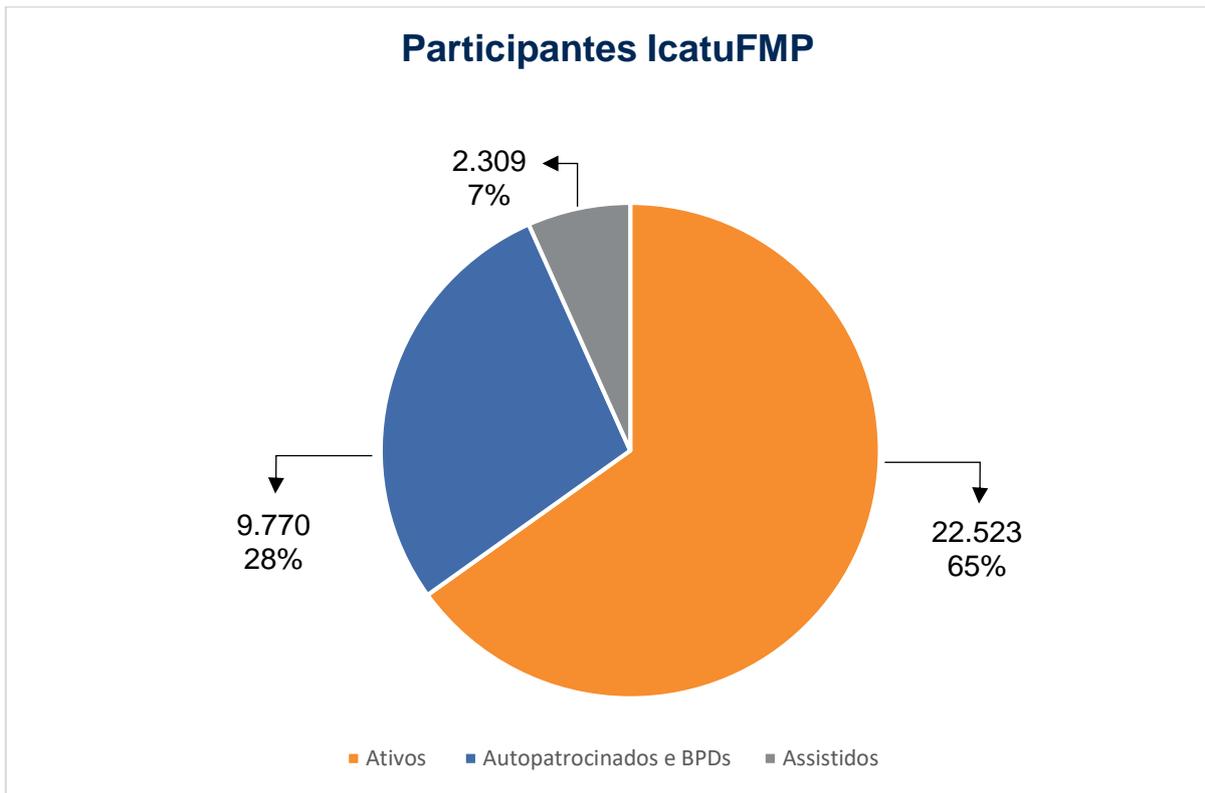
Representantes Participantes e Assistidos

Carlos Norberto Strelow (Titular)

Altevir Waluszko (suplente)



Síntese IcatuFMP





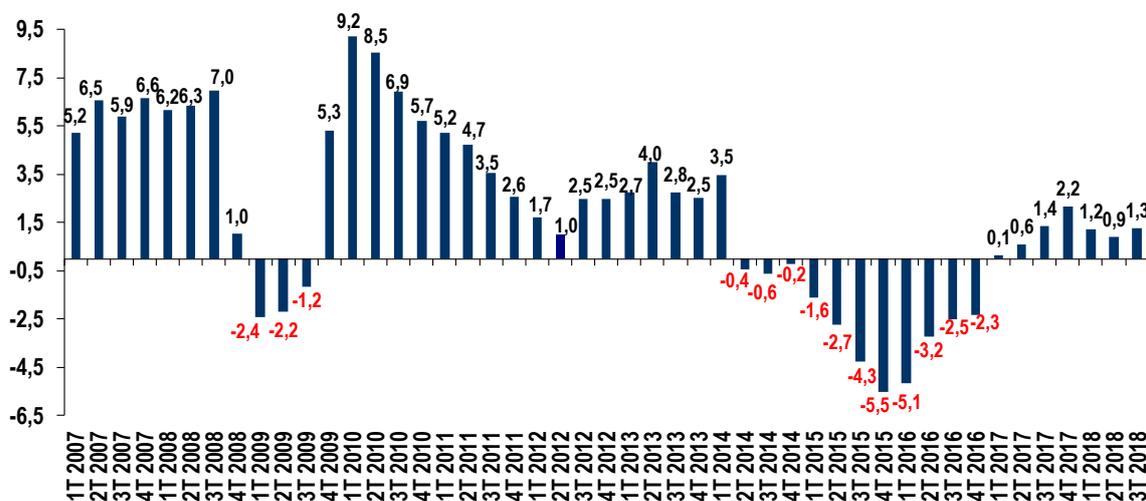
Panorama Econômico de 2018

PANORAMA ECONÔMICO DE 2018

2018 foi mais um ano de recuperação da economia brasileira, embora de forma ainda bastante lenta. A expectativa é que, após um crescimento de 1,1% em 2017, o PIB do Brasil tenha se expandido a uma taxa parecida em 2018 também. Não são resultados que ensejem muita comemoração, mas devemos ressaltar que demonstram que o País conseguiu finalmente sair de uma das maiores recessões da sua história econômica. Não podemos esquecer que entre 2015 e 2016 o PIB do Brasil despencou cerca de 7%!!! Aliás, mesmo em 2014 em que ainda houve crescimento econômico, ele foi pífio, apenas 0,50%. Como a população brasileira cresce à taxa de aproximadamente 0,8% ao ano, o efeito da recessão sobre o PIB per capita foi devastador. Sob a condução da política econômica do governo da Presidente Dilma Rousseff o Brasil simplesmente perdeu a grande oportunidade de se desenvolver, navegando em um dos mais longos períodos de bonança e crescimento da economia mundial. A comparação do desempenho do Brasil com o resto do mundo é assustadora. A média anual de crescimento do Brasil nos seis anos entre 2011 e 2016 foi de apenas 0,35% ao ano. Nesse mesmo período o PIB mundial cresceu em média 3,59% ao ano e o PIB dos países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, cresceu em média 5,03% ao ano (dados do FMI).

Embora o desempenho dos últimos dois anos não tenha sido um espetáculo, de fato a mudança radical na condução da política econômica pela equipe do Ministro Henrique Meirelles e do Presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, levou o Brasil a sentar novamente as bases de uma trajetória de crescimento em um ambiente de inflação excepcionalmente baixa.

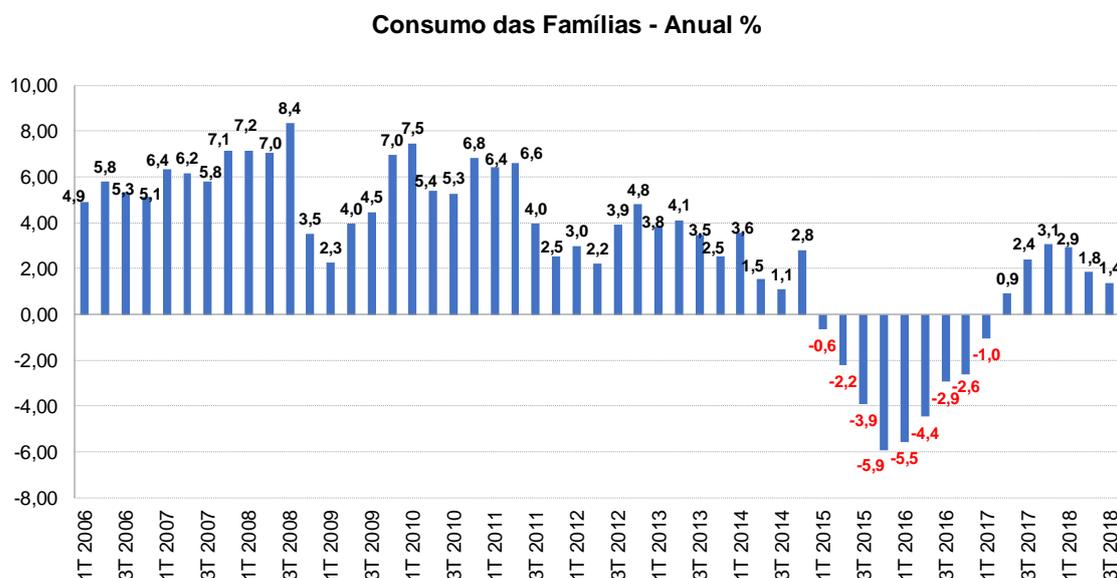
PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)



Fonte: IBGE

Como pode ser observado no gráfico acima, a primeira queda do PIB na comparação interanual se deu já no segundo trimestre de 2014. Foram onze trimestres seguidos de queda do PIB e mais um trimestre de estagnação. Mas já no segundo e terceiro trimestres de 2017 começaram os números positivos e se mantiveram consistentemente positivos.

Depois de muito tempo em que o consumo das famílias brasileiras mostrava queda, trimestre após trimestre, desde o segundo trimestre de 2017, os dados têm sido positivos.



Fonte: IBGE

O ano de 2018 se caracterizou por uma enorme incerteza com a corrida eleitoral, o que certamente não ajudou a tornar mais robusto o investimento e o crescimento ao longo do ano. Além disso, a greve dos caminhoneiros teve consequências deletérias sobre o nível de atividade do período, sobre a inflação de junho e sobre a confiança dos agentes econômicos. Entretanto, a economia brasileira conseguiu sair resiliente do episódio mal administrado da greve dos caminhoneiros e da incerteza a respeito do resultado das eleições. O PIB continuou crescendo, o desemprego caiu e a produção industrial continuou se recuperando, ainda que a taxas mais lentas que em 2017.

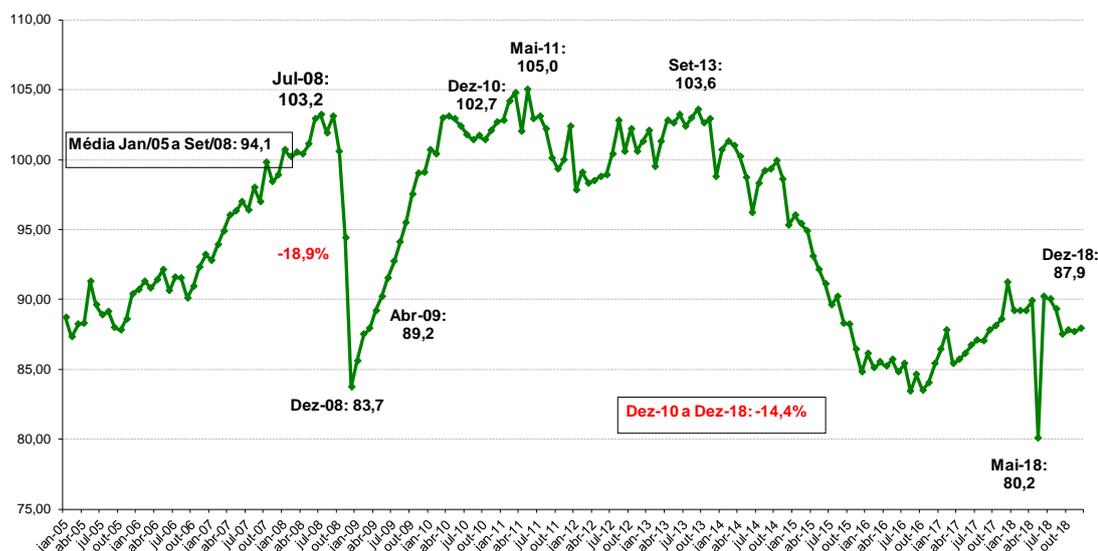
Produção Industrial
(% Anual)

Setores	2014	2015	2016	2017	2018
Bens de Capital	-9,3	-25,3	-10,9	6,0	7,4
Bens Intermediários	-2,4	-5,2	-6,3	1,6	0,4
Bens de Consumo	-2,3	-9,4	-6,0	3,2	1,3
Duráveis	-9,1	-18,5	-14,7	13,3	7,6
Não Duráveis e Semi-Duráveis	-0,1	-6,7	-3,8	0,9	-0,3
Indústria Geral	-3,0	-8,3	-6,5	2,5	1,1

Fonte: IBGE

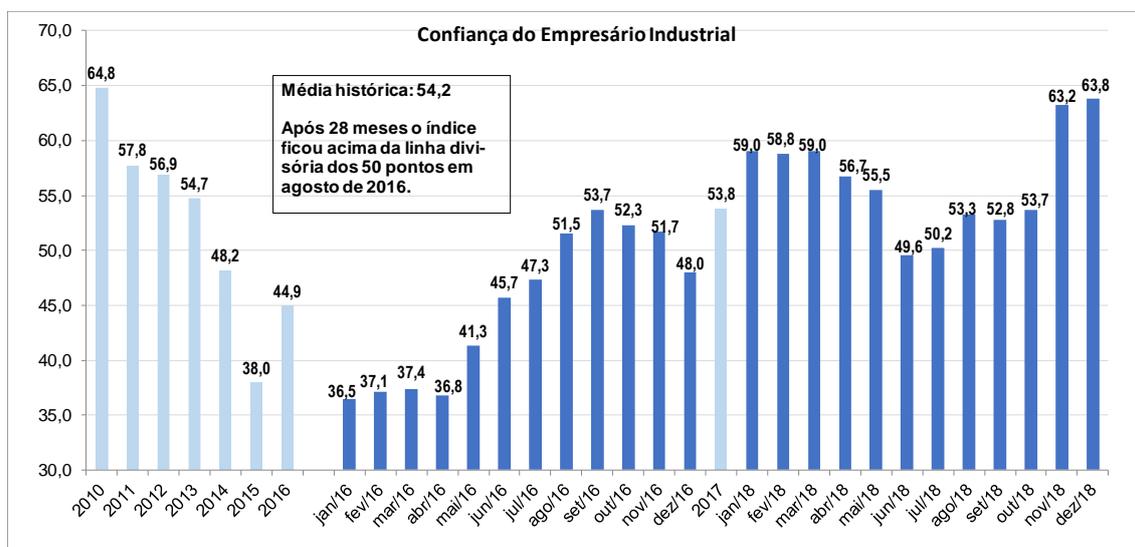
O setor mais atingido na recessão foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi dos setores que mais desempregou pessoas. De fato, o volume de produção industrial em dezembro de 2018 ainda era 16,3% inferior ao pico da série histórica em maio de 2011, como pode ser observado no gráfico embaixo. É bom que se diga que não devemos prestar atenção ao dado referente a maio de 2018 porque essa queda abrupta de produção está somente relacionada à greve dos caminhoneiros.

Produção Industrial - Com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE

Dados bem mais robustos de produção industrial ainda não se fizeram sentir, mas a confiança do empresário industrial, pesquisada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria, tem atingido recentemente, máximas históricas. Principalmente, com o discurso liberal e de ajustes importantes que tem sido a tônica da nova equipe econômica, com a clara intenção de aprofundar os ajustes já em andamento com a equipe anterior. Ou seja, as condições estão dadas para uma retomada dos investimentos e da produção de forma mais significativa.

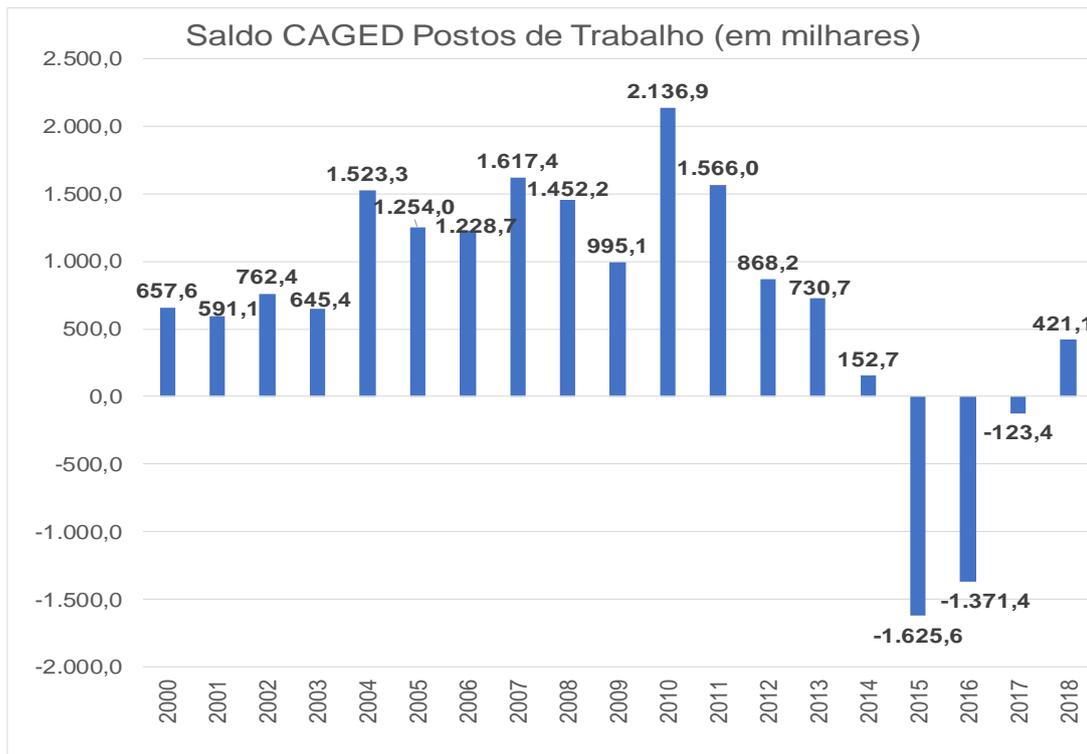


A taxa de desemprego ainda está muito elevada, mas tem caído. O recorde histórico foram os 13,7% de desocupados no trimestre móvel acabado em março de 2017. Desde março de 2018 o desemprego vem caindo de forma consistente. No dado referente a dezembro de 2018, a população desempregada estava estimada em 12,2 milhões de pessoas, abaixo dos 12,9 milhões estimados para o trimestre móvel acabado em julho de 2018. Estes dados englobam todos os tipos de empregos, incluindo os informais e os que trabalham por conta própria, por exemplo.

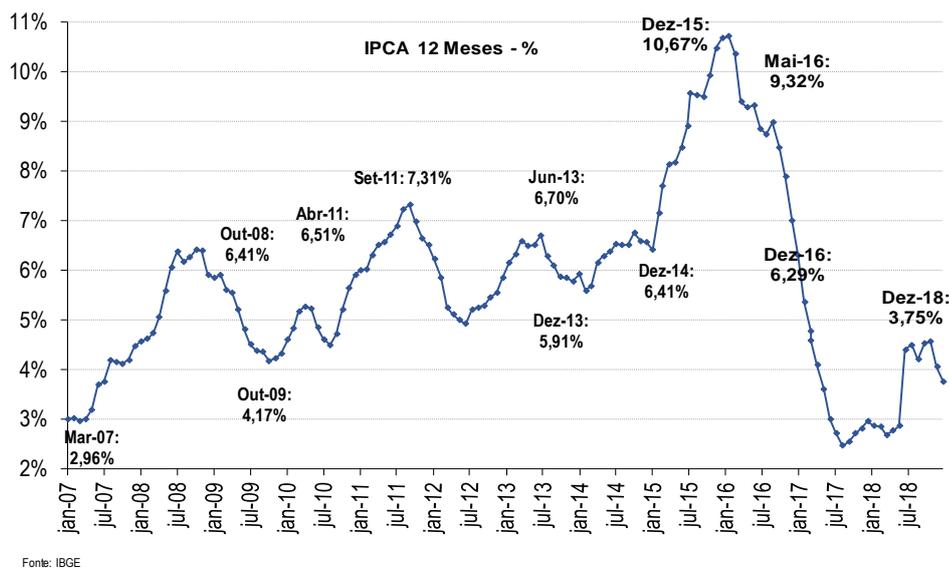
Taxa de desocupação para os trimestres móveis ao longo dos anos								
Trimestre móvel		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1°	nov-dez-jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2
2°	dez-jan-fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2	13,2	12,6
3°	jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1
4°	fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9
5°	mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7
6°	abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4
7°	mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8	12,3
8°	jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1
9°	jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9
10°	ago-set-out	6,9	6,7	6,6	9,0	11,8	12,2	11,7
11°	set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0	11,6
12°	out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	11,8	11,6

Fonte: IBGE

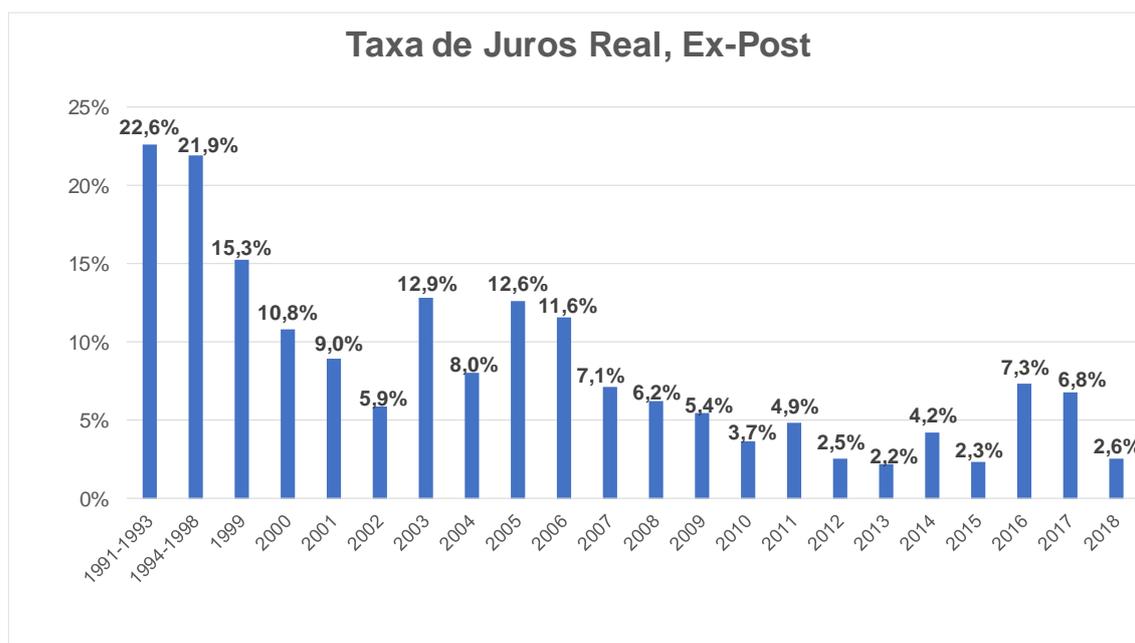
De acordo aos dados do CAGED do Ministério do Trabalho, que englobam somente as pessoas que trabalham com carteira assinada, o ano de 2018 foi claramente positivo em abertura de novos postos de trabalho. Entre 2015 e 2017 houve significativo fechamento de postos de trabalho com carteira assinada.



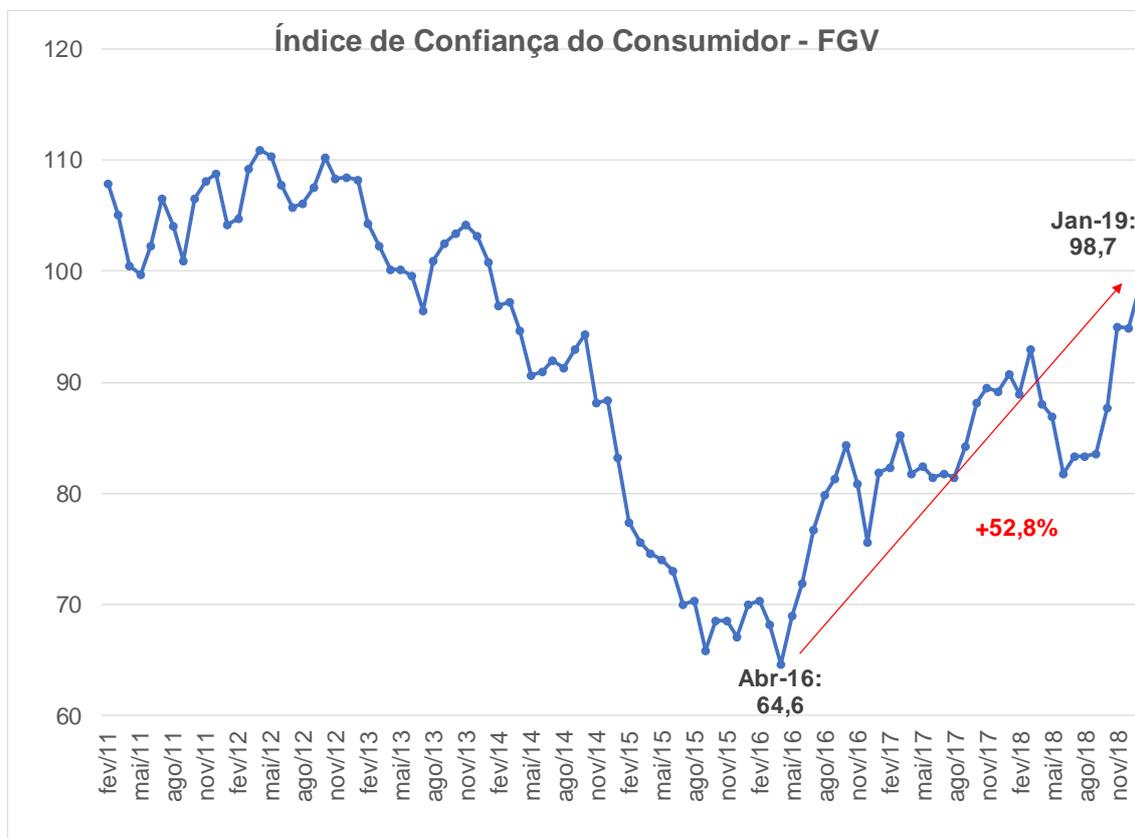
Estabilidade de preços é fundamental para alongar o horizonte da tomada de decisões. Após conseguir derrubar a inflação deixada pela equipe do Banco Central da Presidente Dilma Rousseff, a atual equipe do Banco Central manteve a inflação sob estrito controle e abaixo da meta central de inflação, que até o ano passado era de 4,5%. Com efeito, em 2017 o IPCA fechou com uma taxa de inflação de apenas 2,95% e no ano passado a inflação foi de 3,75%. Cabe destacar que a baixa inflação anual de 2018 foi obtida apesar da alta taxa isolada de 1,26% do mês de junho em razão da greve dos caminhoneiros.



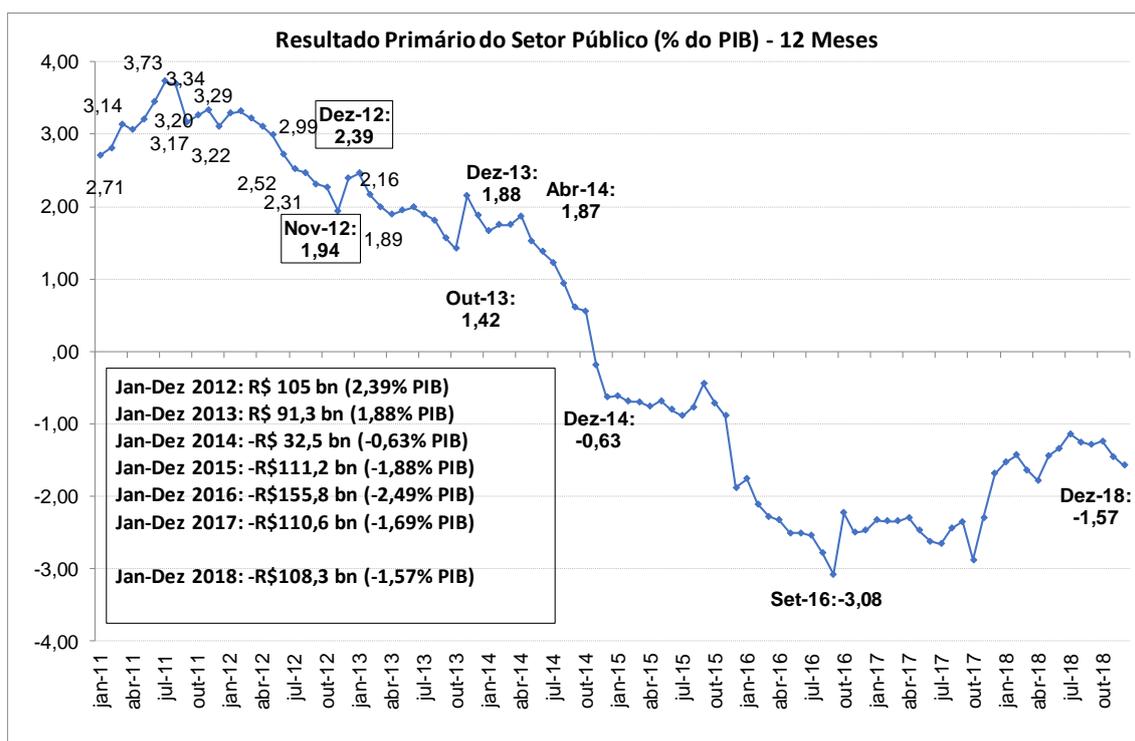
O fato é que o Banco Central, dirigido por Ilan Goldfajn, entregou esses resultados muito auspiciosos de inflação baixa em um cenário com a menor taxa de juros Selic da história. A Selic fechou 2017 em 7% e 2018 em 6,50% ao ano. A nossa expectativa é que continue em 6,50% ao ano por um longo período. A Selic acumulada em 12 meses deflacionada pelo IPCA (taxa de juros real) fechou 2018 em 2,5%. Em anos anteriores em que foi tão baixa como em 2018 foi por voluntarismo político e não porque o Banco Central tinha conseguido alcançar a estabilidade de preços. Justamente a diferença com o momento atual é que a taxa de juros real está baixa porque as condições macroeconômicas o permitem.



A redução do desemprego e a inflação baixa, que mantém o poder de compra das remunerações, se refletiu no aumento da confiança do consumidor.



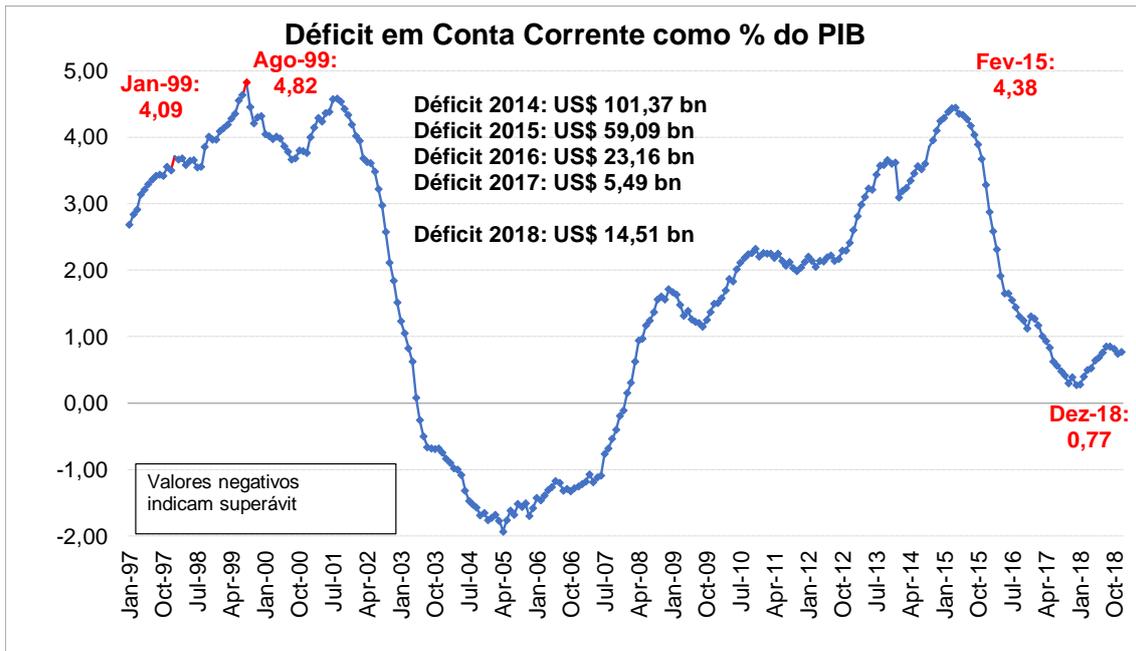
Apesar da mudança radical na condução da política econômica na direção correta e do firme discurso de austeridade fiscal da equipe econômica do Governo Temer, levará muito tempo para que se consiga recuperar o que foi perdido, já que as contas públicas ficaram em frangalhos na administração Dilma Rousseff. Pela primeira vez na série histórica, houve déficit primário nas contas públicas (a soma de todas as receitas descontadas as despesas correntes e de investimento, exceto pagamento de juros do estoque de dívida) em 2014. Esse déficit cresceu como bola de neve nos dois anos seguintes. Mas, em 2017, houve uma melhora de R\$ 45,2 bilhões no déficit total do setor público. E em 2018, caiu mais um pouco em pontos percentuais do PIB.



Fonte: Banco Central do Brasil

Contudo, por mais que a equipe econômica do governo do Presidente Michel Temer tenha se esforçado em ajustar as contas públicas, o brutal aumento que houve em despesas obrigatórias em termos reais no mandato da Presidente Dilma Rousseff, não permitirá a volta de superávits primários por alguns anos, mesmo mediante a implementação de urgentes reformas estruturais. Principalmente, a reforma da previdência, que já foi apresentada ao novo Congresso Nacional, pela equipe econômica do atual Ministro da Economia Paulo Guedes. A aprovação desta reforma estrutural é fundamental, tendo em vista a forte deterioração do quadro fiscal, para estancar o aumento descontrolado da dívida pública. A dívida bruta do governo geral passou de 57,2% do PIB em 2014 para 76,7% do PIB em dezembro de 2018. Na falta de superávits primários que consigam pagar os juros da dívida pública, só continuará a crescer. Por enquanto, parece que o Ministro da Economia Paulo Guedes conta com o apoio do Presidente da República para levar adiante as reformas necessárias no processo de arrumação da casa, para que o Brasil não retroceda anos de novo em termos de investimento, crescimento e criação de empregos.

Além da retomada do crescimento e da inflação baixa, o que permaneceu uma boa notícia na área econômica em 2018 foram as contas externas, cujo déficit continuou baixo, após o destravamento da taxa de câmbio. O Banco Central só interveio no mercado cambial em pouquíssimas oportunidades, unicamente para evitar forte volatilidade. O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que o país precisou financiar com divisas, caiu drasticamente. Em 2014, Brasil tinha registrado um déficit no balanço de pagamentos de US\$ 101,37 bilhões. Em 2018 foi de apenas US\$ 14,51 bilhões (0,77% do PIB). Por sua vez, os investimentos diretos estrangeiros alcançaram US\$ 88,3 bilhões no ano de 2018. Ou seja, as contas externas do Brasil continuam extremamente robustas, prontas para enfrentar eventuais tempestades.



O ano de 2019 promete ser ainda de bastante volatilidade pela incerteza em torno da aprovação das reformas, em especial da Previdência Social, mas no que depende da condução da política econômica não devemos esperar grandes surpresas e sim a continuidade da inflação baixa, juros baixos e crescimento econômico.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)

Resultados da Entidade em 2018

The background features a dark blue upper section, a light blue lower-right section, and a large orange section with a fine white diagonal line pattern in the lower-left and bottom areas.



Demonstrações Contábeis e
Financeiras da Entidade

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA ENTIDADE

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Icatu Fundo Multipatrocinado							
I - Balanço Patrimonial - Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO	Nota	2018	2017
DISPONÍVEL	5	8.648	6.833	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	22.375	14.865
REALIZÁVEL		2.483.895	2.332.725	Gestão Previdencial		14.259	6.977
Gestão Previdencial	6	19.628	8.915	Gestão Administrativa		2.363	2.295
Gestão Administrativa	7	8.198	7.446	Investimentos		5.753	5.593
Investimentos	8	2.456.069	2.316.364	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	28.268	26.630
Fundos de Investimento	8.1	2.427.844	2.289.327	Gestão Previdencial	10.1	807	753
Empréstimos e Financiamentos	8.4	7.650	7.325	Gestão Administrativa	10.2	5.209	4.488
Depósitos Judiciais / Recursais	10.4	20.575	19.712	Investimentos	10.3	22.252	21.389
				PATRIMÔNIO SOCIAL		2.441.900	2.298.063
				Patrimônio de Cobertura do Plano		2.334.312	2.200.550
				Provisões Matemáticas	11	2.272.692	2.137.971
				Benefícios Concedidos		915.538	893.561
				Benefícios a Conceder		1.372.374	1.260.070
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(15.220)	(15.660)
				Equilíbrio Técnico	12	61.620	62.579
				Resultados Realizados		61.620	62.579
				Superávit Técnico Acumulado		61.620	62.579
				Fundos	13	107.588	97.513
				Fundos Previdenciais		100.248	90.395
				Fundos Administrativos		7.340	7.118
TOTAL DO ATIVO		2.492.543	2.339.558	TOTAL DO PASSIVO		2.492.543	2.339.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Icatu Fundo Multipatrocinado			
II- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.298.063	2.074.008	11%
1. Adi�es	324.734	335.731	-3%
(+) Contribui�es Previdenciais	97.061	85.182	14%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	214.529	235.715	-9%
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	70	-100%
(+) Receitas Administrativas	12.333	13.851	-11%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	811	913	-11%
2. Destina�es	(180.897)	(157.341)	15%
(-) Benefícios	(167.855)	(142.810)	18%
(-) Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(119)	-	-100%
(-) Despesas Administrativas	(12.425)	(13.883)	-11%
(-) Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(498)	(648)	-23%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	143.837	178.390	-19%
(+/-) Provisões Matemáticas	134.721	151.172	-11%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(959)	13.826	-107%
(+/-) Fundos Previdenciais	9.853	13.160	-25%
(+/-) Fundos Administrativos	222	232	-4%
4. Opera�es Transitórias	-	45.665	-100%
(+/-) Opera�es Transitórias	-	45.665	-100%
B) Patrimônio Social - final no exercício (A+3+4)	2.441.900	2.298.063	6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Icatu Fundo Multipatrocinado			
V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada			
DESCRIÇÃO	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)		
	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.118	6.886	3%
1. Custeio da Gestão Administrativa	13.145	14.764	-11%
1.1. Receitas	13.145	14.764	-11%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.767	6.972	-17%
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.251	6.479	-4%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	63	66	-5%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	812	913	-11%
Outras Receitas	252	334	-25%
2. Despesas Administrativas	(12.425)	(13.884)	-11%
2.1. Administração Previdencial	(4.422)	(4.813)	-8%
Serviços de terceiros	(4.422)	(4.718)	-6%
Despesas gerais	-	(95)	-100%
2.2. Administração de Investimentos	(7.506)	(8.399)	-11%
Treinamento/congressos e seminários	(68)	(48)	42%
Serviços de terceiros	(6.880)	(7.144)	-4%
Despesas gerais	(222)	(317)	-30%
Tributos	(193)	(166)	16%
Outras Despesas	(143)	(724)	-80%
2.4. Outras Despesas	(497)	(672)	-26%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(498)	(648)	-23%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	222	232	-4%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	222	232	-4%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	7.340	7.118	3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Icatu Fundo Multipatrocinado (“IcatuFMP”), é uma entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de Sociedade Civil, sendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através da Portaria MPAS nº 3.079, de 12 de março de 1996.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos dos regulamentos dos planos de benefícios.

Os benefícios abrangidos pelos planos de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria normal, antecipada, por idade, por invalidez, postergada e proporcional diferida;
- Pensão por morte e auxílio doença;
- Benefício mínimo nos casos de invalidez e morte;
- Institutos: Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade e Resgate.

1.1. PLANOS E PARTICIPANTES

Na condição de entidade multipatrocinada e administradora de planos múltiplos, em 31 de dezembro de 2018 o IcatuFMP possui 40 planos ativos (2017, 40 planos ativos), distribuídos conforme a seguir:

PLANOS	TOTAL DE PARTICIPANTES						MÉDIA DE IDADE					
	ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS		ATIVOS		ASSISTIDOS		PENSIONISTAS	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Acrinor	26	27	24	25	-	-	54	52	61	61	-	-
Ajinomoto	4.238	4.282	70	62	7	7	36	34	64	63	59	58
AT&T GNS	333	284	5	4	-	-	43	41	66	65	-	-
Basell	93	91	2	2	-	-	40	39	61	60	-	-
BD Multipatrocinado	6	6	164	122	30	26	56	54	65	64	64	62
BNY Mellon	8	9	4	4	-	-	51	50	62	60	-	-
Carestream	125	125	9	9	-	-	44	42	59	57	-	-
CD XPREV	706	695	143	147	33	36	39	38	69	70	68	69
CMSPREV	2.655	2.915	3	4	-	-	36	35	58	58	-	-
Continental	2.607	2.606	35	28	1	1	40	38	63	62	50	49
Conv. Adm. Telepar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Copenor	71	74	36	44	5	6	47	45	63	64	54	55
Dacarprev	70	69	3	2	-	-	46	44	61	60	-	-
Deten	193	206	82	72	3	3	44	42	61	60	40	40
FCC	241	239	66	63	2	5	42	40	63	61	51	55
GBarbosa	8.628	5.057	-	-	-	-	39	36	0	0	0	0
GPC Química	122	129	1	1	-	-	40	41	76	75	-	-
Icatu	1.598	1.467	33	28	1	1	38	37	68	68	66	-
Intelig	366	392	13	10	2	-	45	46	63	62	33	-
Keysigth	51	48	11	11	-	-	42	44	64	63	-	-
BD Lanxessprev	87	87	90	136	71	71	49	47	69	72	69	68
Lufthansa	128	129	52	49	4	7	45	43	72	71	70	72
Metalsa	542	523	8	7	-	-	39	38	59	59	-	-
Otis	3.368	3.230	40	40	2	1	43	41	66	65	63	-
Petroflex	279	289	14	15	5	5	40	41	64	63	49	48
PPG	1.107	1.143	32	31	1	1	38	39	65	63	45	44
Precin	282	261	63	57	31	35	45	38	77	76	62	63
Previkodak	128	140	384	390	50	45	45	46	64	64	62	61
Previnor CD	17	19	302	322	72	58	58	56	68	68	62	56
RioPol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabic	149	126	4	3	-	-	41	41	66	64	-	-
Springer	3.035	3.027	29	21	1	2	39	39	62	61	53	-
Starret	408	398	18	7	-	1	45	44	67	68	-	-
Suzano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PBS Tele Celular Sul	-	-	19	19	2	1	58	-	65	65	60	57
PBS Tele Nordeste Celular	12	12	30	30	1	1	53	53	66	66	50	49
Thermadyne	-	1	-	-	-	-	-	55	-	-	-	-
TIMPrev Nordeste	38	40	56	61	5	1	49	50	59	60	62	53
TIMPrev Sul	35	38	68	70	10	6	49	50	62	63	62	57
T-Systems	541	575	54	46	2	-	41	42	64	63	55	-
Total	32.293	28.759	1.967	1.942	341	320						

No quadro acima não estão incluídos o Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida e o Plano Suzano de Contribuição Definida, tendo em vista que os mesmos não possuem participantes, ativos, assistidos e pensionistas.

1.1.1. PLANOS ATIVOS

1. Plano Acrinor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0028-56, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.;
2. Plano Ajinomoto de Previdência: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0017-29, patrocinado pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Ajinomoto Animal Nutrition do Brasil Indústria e Comércio Ltda.;
3. Plano de Benefícios AT&T GNS: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0036-83, patrocinado por AT&T Global Network Services Brasil Ltda.;

4. Plano Basell de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0021-47, patrocinado por Basell Poliolefinas Ltda.;
5. Plano de Benefício Definido Multipatrocinado: plano na modalidade de benefício definido, não contributivo e fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0030-83, patrocinado por Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, Deten Química S.A., Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. e Arlanxeo Brasil S.A.;
6. Plano de Benefícios BNY Mellon: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2010.0054-65, patrocinado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
7. Plano de Benefícios CarestreamPrev: plano na modalidade de Contribuição Variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2013.0019-83, patrocinado por Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda.;
8. Plano de Aposentadoria CD XPrev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0020-83, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda. e Lanxess Elastômeros do Brasil S.A.;
9. Plano de Benefícios CMSPREV: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0036-38, patrocinado pela Companhia Luz e Força de Mococa, Companhia Jaguari de Energia, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.;
10. Plano de Aposentadoria Previ-Continental: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0035-19, patrocinado por Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda., Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda., Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda., Continental Automotivo do Brasil Ltda. e Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda.;
11. Plano de Benefícios Convênio de Administração Telepar Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0001-18, patrocinado pela Tim Celular S.A.;
12. Plano Copenor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0020-74, patrocinado por Copenor Companhia Petroquímica do Nordeste.;
13. Plano de Benefícios Dacarpnev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0038-56, patrocinado por Dacar Química do Brasil S/A.;
14. Plano Deten de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0026-11, patrocinado por Deten Química S/A.;
15. Plano Fábrica Carioca de Catalisadores de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0027-83, patrocinado por Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.;
16. Plano GPC Química de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0044-92, patrocinado por GPC Química S.A.;
17. Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0029-92, patrocinado por Clube de Seguros Icatu, Icatu

Capitalização S.A., Icatu Seguros S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda. e Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda e Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.;

18. Plano de Benefícios Keysight: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB nº 2016.0020-18, patrocinado pela Keysight Technologies Medição Brasil Ltda.;
19. Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0051-11, patrocinado pela Intelig Telecomunicações Ltda.;
20. Plano de Benefícios BD Lanxessprev: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0064-11, patrocinado por Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.;
21. Plano de Benefícios Lufthansa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1989.0012-38, patrocinado pela Lufthansa Systems Aktiengesellschaft, Deutsche Lufthansa A.G., Lufthansa Cargo A.G. e Swiss International Air Line A.G.;
22. Plano de Aposentadoria Metalsa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2012.0003-47, patrocinado pela Metalsa Brasil Indústria e Comércio de Autopeças Ltda., Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência Técnica de Autopeças Ltda. e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda.;
23. Plano de Benefícios Otis: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0030-11, patrocinado pelo Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda., Elevadores Otis Ltda., Pratt & Whitney Canadá Do Brasil Ltda., e Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda.;
24. Plano Petroflex de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0024-65, patrocinado por Lanxess Elastômeros do Brasil S.A.;
25. Plano de Benefícios da PPG: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0016-56, patrocinado pela PPG Industrial do Brasil – Tintas e Vernizes Ltda.;
26. Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0005-56, patrocinado por FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo do Ceará, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento do Ceará e SESI - Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Ceará.;
27. Plano de Benefícios PreviKodak: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0004-38, patrocinado pela Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda e PreviKodak Sociedade Previdenciária.;
28. Plano Previnor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Previnor Associação de Previdência Privada.;
29. Plano de Benefícios Sabic-Prev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0032-56, patrocinado por Sabic Innovative Plastics South America – Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.;
30. Plano de Benefícios Springer: plano na modalidade de contribuição variável cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, patrocinado pela Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier

Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda e Freightwatch Brasil Consultoria de Segurança Ltda.;

31. Plano Starrett de Benefícios: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2001.0020-92, patrocinado pela Starrett Indústria e Comércio Ltda.;
32. Plano de Benefícios da Tele Celular Sul: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0010-92, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
33. Plano de Benefícios Tele Nordeste Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0012-38, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
34. Plano de Benefícios TIMPrev Nordeste: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0020-29, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
35. Plano de Benefícios TIMPrev Sul: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0021-18, patrocinado pela Tim Celular S.A. e Tim Participações S.A.;
36. Plano de Aposentadoria T-Systems: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0011-11, patrocinado pela T-Systems do Brasil Ltda.;

1.1.2. PLANOS ATIVOS – Em processo de Retirada de Patrocínio

1. Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0017-19, patrocinado por Rio Polímeros S.A.. Aprovada a retirada de patrocínio conforme Despacho do Diretor nº 37, publicado no D.O.U de 20/09/2011.;
2. Plano Suzano de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0025-38, patrocinado por Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação social de Quattor Petroquímica S.A.). Aprovada retirada de patrocínio conforme Portaria nº 596, publicada no D.O.U de 14/10/2011.;
3. Plano de Benefícios Thermadyne Victor: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0004-19, patrocinado por Thermadyne Victor Ltda. Aprovada a retirada de patrocínio total conforme Despacho da Diretora nº 35, publicado no D.O.U de 24/12/2008.;
4. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação de Quattor Petroquímica S.A.), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado.;
5. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora Braskem S/A (incorporadora da Politeno Indústria e Comércio S/A), do Plano de Benefício Definido Multipatrocinado.;
6. Plano de Benefícios G. Barbosa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0035-11, patrocinado por Cencosud Brasil Comercial Ltda. (atual denominação social da GBarbosa Comercial Ltda.). Em 13/01/2016, foi publicada no D.O. U de 14/01/2016 a aprovação da retirada de patrocínio da empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda. do Plano de Benefícios G. Barbosa e o 2º Termo aditivo e Consolidação do termo de Retirada Total de Patrocínio firmado em 23/10/2015.;

7. Aprovada retirada parcial de patrocínio da Patrocinadora UTCPrev – Fundo Múltiplo de Previdência Privada do Plano de Benefícios Springer, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, conforme Portaria nº 273, publicada no D.O.U de 05/04/2017.;

1.2. OUTRAS MOVIMENTAÇÕES NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

1.2.1. Convênio de Adesão

Em relação ao Plano Ajinomoto de Previdência, a PREVIC aprovou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão, por meio da Nota nº 600 de 10/05/2017, publicada no DOU em 12/05/2017 pela Portaria nº 505.

Em relação ao Plano de Benefícios AT&T GNS, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 96 de 09/02/2017, publicada no DOU em 13/02/2017 pela Portaria nº 115.

Em relação ao Plano de Benefícios BNY- Mellon, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 187 de 27/03/2017, publicada no DOU em 30/03/2017 pela Portaria nº 248.

Em relação ao Plano de Aposentadoria CD XPREV, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 449 de 07/07/2017, publicada no DOU em 18/07/2017 pela Portaria nº 701.

Em relação ao Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 593/2017/PREVIC de 29/08/2017, publicada no DOU em 31/08/2017 pela Portaria nº 824.

Em relação ao Plano de Benefícios CMSPREV, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 840 de 01/12/2017, publicada no DOU em 06/12/2017 pela Portaria nº 1.111. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 12/06/2017.

Em relação ao Plano de Aposentadoria Previ-Continental, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 409 de 12/07/2018, publicado no DOU em 16/07/2018 pela Portaria nº 678.

Em relação ao Plano GPC Química, a PREVIC aprovou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 192 de 13/02/2017, publicada no DOU em 23/02/2017 pela Portaria nº 122. Além disso, em 17/10/2018 a PREVIC autorizou por meio do Despacho nº 0159058 a suspensão temporária das contribuições ao Plano GPC Química.

Em relação ao Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros, a PREVIC aprovou o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.294 de 18/09/2017, publicada no DOU em 20/09/2017 pela Portaria nº 906, bem como autorizou as alterações propostas ao regulamento do Plano por meio do Parecer nº 593 de 29/08/2017, publicado no DOU em 31/08/2017 pela Portaria nº 824.

Em relação ao Plano de Benefícios Keysight, a PREVIC emitiu Parecer nº 489 de 03/09/2018 encerrando a transferência de gerenciamento do referido plano.

Em relação ao Plano de Benefícios Lufthansa, a PREVIC aprovou o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.129 de 16/08/2017, publicada no DOU em 18/08/2017 pela Portaria nº 763.

Em relação ao Plano de Benefícios da PPG, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 177 de 12/04/2018, publicado no DOU em 16/04/2018 pela Portaria nº 308.

Em relação ao Plano Precin – Plano de Previdência Complementar Industrial, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 23 de 15/01/2018, publicado no DOU em 16/01/2018 pela Portaria nº 25. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 12/06/2017.

Em relação ao Plano de Benefícios PreviKodak, a PREVIC aprovou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.469 de 27/10/2017, publicada no DOU em 31/10/2017 pela Portaria nº 1.023. Ademais, a PREVIC autorizou a retirada parcial vazia de patrocínio da PreviKodak Sociedade Previdenciária por meio do Parecer nº 706 de 12/12/2018, publicado no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.162.

Em relação ao Plano de Benefícios Sabic, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 97 de 26/02/2018, publicado no DOU em 28/02/2018 pela Portaria nº 158.

Em relação ao Plano de Benefícios Springer, a PREVIC aprovou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.563 de 20/11/2017, publicada no DOU em 21/11/2017 pela Portaria nº 1.081. Ademais, a PREVIC emitiu Parecer nº 346 de 19/06/2018 finalizando a retirada parcial de patrocínio da UTCPrev do referido plano.

Em relação ao Plano Convênio de Administração – Telepar Celular, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 267 de 21/05/2018, publicado no DOU em 24/05/2018 pela Portaria nº 451. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a presente aprovação teve aplicação a partir de 05/07/2017.

Em relação ao Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda, a PREVIC aprovou as alterações propostas (regulamento básico) contidas no plano por meio do Parecer nº 240 de 12/04/2017, publicado no DOU em 17/04/2017 pela Portaria nº 362. Já em 2018, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento do plano (abono anual) por meio do Parecer nº 191 de 05/04/2018, publicado no DOU em 10/04/2018 pela Portaria nº 283. Ressalte-se que esta última aprovação, por se tratar de processo de licenciamento automático, teve aplicação imediata a partir de 12/03/2018. Ademais, a PREVIC validou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.674 de 12/12/2018, publicada no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.168.

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Tele Celular Sul, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 824 de 28/11/2017, publicada no DOU em 30/11/2017 pela Portaria nº 1.100. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 05/07/2017.

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Tele Nordeste Celular, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 839 de 01/12/2017, publicada no DOU em 06/12/2017 pela Portaria nº 1.106. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 06/07/2017.

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Timprev Nordeste, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 841 de 01/12/2017, publicada no DOU em 06/12/2017 pela Portaria nº 1.110. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 06/07/2017.

Em relação ao Plano de Benefícios PBS Timprev Sul, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 843 de 07/12/2017, publicada no DOU em 11/12/2017 pela Portaria nº 1.114. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 07/07/2017.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis contemplam as operações consolidadas de todos os Planos do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Icatu FMP”), quanto às gestões previdencial, administrativa e de investimentos e foram preparadas em consonância com o previsto na Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBC-ITG 2001 e as principais práticas contábeis brasileiras para entidades fechadas de previdência complementar.

A Resolução vigente que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar é a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 R1.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas: Previdencial e Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às duas gestões, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A legislação supracitada prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial - Consolidado;
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - Consolidada;
- III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);
- IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL);
- V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Consolidada;
- VI - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (DPGA) - Facultativa;
- VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT).

Considerando que a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por Plano de Benefícios   facultativa, a administração do ICATUFMP decidiu pela não apresentação desta informação.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva da entidade em 28/03/2019, e por seu Conselho Fiscal 27/03/2019 e Conselho Deliberativo em 28/03/2019. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade IcatuFMP.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo IcatuFMP são apresentadas a seguir:

3.1 SEGREGAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Os registros contábeis são segregados por planos de benefícios, observados os seguintes critérios:

- Os planos de benefícios são criados e mantidos para atender aos empregados, assistidos e pensionistas de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- Os planos de benefícios não respondem solidariamente entre si, observada a legislação vigente; e
- O custeio de cada plano de benefício é independente e o Patrimônio Social é controlado separadamente.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

3.2.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

3.2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.2.3. FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos

Considerando as disposições das Resolução do CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Entidade na data de aquisição, atendendo aos seguintes critérios:

(I) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Estes títulos são avaliados ao valor justo por meio de resultado e seus efeitos reconhecidos em conta específica;

(II) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. Estes títulos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

3.2.4. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes referem-se a empréstimos financeiros e seus saldos são apresentados pelo valor líquido composto do principal acrescido mensalmente dos juros e reduzidos pela provisão das parcelas com atraso de recebimento superiores a 61 dias.

3.2.5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa é constituída em conformidade aos critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. As provisões são contabilizadas em conta de resultado dos investimentos do plano, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento no ativo.

3.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, repasses a terceiros, sendo acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias incorridas. Todos os registros são realizados respeitando as origens e finalidades quanto à classificação da gestão seja esta previdencial, administrativa ou investimentos.

3.4. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra a constituição de provisão para processos ajuizados com probabilidade de perda provável, relacionados aos processos administrativos ou judiciais, tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos e a gestão que originou a contingência seja esta previdencial, administrativa ou investimentos, em conformidade à planificação contábil vigente. As ações com probabilidade de perda possível são divulgadas nas notas explicativas.

3.5. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social dos planos de benefícios é constituído para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

3.5.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Os planos de benefícios administrados pelo IcatuFMP adotam regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, modalidade do plano e adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios. Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

Em conformidade com esses regimes e métodos, as provisões matemáticas registram:

- Nas contas de Contribuição Definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas contas de Benefício Definido: o montante acumulado, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos mesmos.

3.5.1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor presente de todos os benefícios da Entidade para com os atuais aposentados e pensionistas dos planos de benefícios, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.5.1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos) dos participantes que não adquiriram o direito a aposentadorias ou pensões, líquido das contribuições futuras, quando existirem.

3.5.1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Correspondem às parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura dos Planos, decorrente de “Serviço Passado” e “Déficit Equacionado”, representando o valor atual das contribuições futuras a serem efetuadas por patrocinadora, participantes e assistidos dos planos de benefícios, conforme determinado em Plano de Custeio.

3.5.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A apuração do resultado do plano de benefícios é realizada ao final de cada exercício com base na avaliação atuarial, que tem como objetivo principal dimensionar o valor das provisões matemáticas, dos fundos previdenciais e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. Deve ser entendida como um instrumento fundamental para o fornecimento de informações estratégicas sobre o plano de benefícios, que permita o planejamento de longo prazo das suas obrigações de natureza previdencial.

O surgimento de desequilíbrios técnicos, sejam esses superavitários ou deficitários, apresentados reiteradamente pelo plano de benefícios exigem um maior monitoramento e controle por parte dos dirigentes e conselheiros. Para evitar esses desequilíbrios, é necessário um constante acompanhamento das avaliações atuariais e das necessidades do plano de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro.

A destinação e utilização do superávit ou o equacionamento do déficit ocorrem em conformidade à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, bem como suas alterações posteriores.

3.5.2.1. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

É constituído pelo excedente patrimonial em relação às provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirirem característica de benefício definido na fase de concessão do plano.

Desse excedente, o valor correspondente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total daquelas provisões matemáticas ou até o limite calculado com base na duração do passivo do plano, o que for menor, será destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico.

Caso o valor do superávit do plano de benefícios exceda o limite da reserva de contingência, deve ser constituída reserva especial para revisão do plano de benefícios. A revisão do plano poderá ser feita de forma voluntária, a partir dos valores constituídos na reserva especial, sendo obrigatória após o decurso do prazo previsto na legislação.

3.5.2.2. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Corresponde à insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios, apurada ao final de cada exercício.

Na Avaliação Atuarial anual será analisada, com base na legislação vigente, a necessidade da elaboração do plano de equacionamento do déficit, visando o equilíbrio do plano mediante a revisão do custeio.

O déficit atuarial pode ter natureza conjuntural, quando tem origem em fatores sazonais ou ocasionais sujeitos à reversão no curto prazo, ou natureza estrutural, quando tem origem em fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo. Este último exige tratamento imediato, demandando uma revisão da modelagem do plano, de forma a promover uma reestruturação de suas bases econômicas, financeiras, atuariais ou de gestão.

3.5.3. FUNDOS

3.5.3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.3.1.1. REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR

Reversão de Contribuição – é constituída pelos saldos de conta da patrocinadora referente aos participantes que se desligaram da patrocinadora e do plano sem direito ao resgate total ou parcial das contribuições efetuadas pela patrocinadora. Sua utilização é definida no regulamento do plano e está descrita no respectivo parecer atuarial.

3.5.3.1.2. REVISÃO DE PLANO

A revisão do plano de benefícios poderá se dar de forma voluntária, a partir da constituição da reserva especial, e será obrigatória após o decurso de três exercícios. A patrocinadora efetuará estudos para definição da distribuição, destinação e utilização deste fundo, nos termos da legislação vigente e, se for o caso, aprovação do órgão regulador.

3.5.3.1.3 ATUARIAL OUTROS – PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Valor definido pelo Atuário na data da Avaliação com o objetivo de cobertura de anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações de plano.

3.5.3.2 Fundos Administrativos

São constituídos pelas sobras financeiras das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, e no caso de reversão refletem a existência de despesas maiores que as receitas.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as contribuições de autopatrocinados, que são registrados no momento da efetiva contribuição.

As operações administrativas são registradas de forma exclusiva e isolada dos demais fluxos da Entidade, no denominado “Plano de Gestão Administrativa”.

3.7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29/2018, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

De acordo com o Regulamento do PGA da Entidade, as fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pelo IcatuFMP são homologadas pela Diretoria Executiva, incluídas no orçamento anual e constantes do plano anual de custeio definido atuarialmente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais e investimentos), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.7.1 CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - COMUNS

A Resolução CGPC nº 14/2004 que em seu art. 3º estabelece que cada plano de benefícios possui independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

As despesas específicas de cada plano de benefícios, não se convertem em objeto de critério de rateio entre os planos, e são custeadas pelo plano a que se referir. As despesas comuns, ou seja, aquelas a que se referem a mais de um plano de benefícios são rateadas observando o critério de rateio aprovado pela Diretoria Executiva da entidade.

3.8. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

3.8.1.1 IMPOSTO DE RENDA

3.8.1.2 IRRF APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Desde 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 11.053, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

3.8.1.3 IRPJ e CSLL

De acordo com o artigo 17 da IN SRF Nº 588/2005, as entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

3.8.1.4 PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.9. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a redução ao valor

recuperável dos ativos, o valor de mercado dos ativos financeiros, as contingências, as provisões matemáticas, reservas e os fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Entidade, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Entidade considera, a dimensão e complexidade de suas operações e fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda decorrente do não recebimento de um determinado valor monetário, ou o recebimento de valor menor do que o pactuado, devido à incapacidade, total ou parcial, de pagamento de uma contraparte, seja ela o emissor de um título de crédito privado, público ou até mesmo algum participante que não pague uma parcela do empréstimo concedido pelos Planos que possuem alocação neste segmento. De forma bastante simples, é possível relacionar risco de crédito à inadimplência.

Diante da falta de modelos estatísticos consagrados e ajustados para o mercado brasileiro, utilizamos os ratings divulgados pelas agências especializadas neste assunto para avaliar o risco de crédito dos investimentos.

Para os limites deste risco, considera-se o risco de um título da dívida pública mobiliária federal como baixo risco de crédito.

Em relação às operações com participantes, é efetuado o acompanhamento periódico do nível de inadimplência das carteiras, ocasionando alterações nas regras de concessão e a realização de cobranças dos valores em aberto como forma de mitigar o risco de crédito da carteira.

4.2 RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado o risco de perdas em decorrência de oscilações nos preços dos ativos causados, majoritariamente, por mudanças em variáveis econômicas e financeiras, como taxa de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities. Em outras palavras, o risco de mercado manifesta-se quando o valor de uma carteira oscila em função de variações ocorridas nos preços dos ativos financeiros.

A gestão do risco de mercado é sustentada pelos limites contidos nas Políticas de Investimentos, as quais são transmitidas para os gestores dos fundos de investimentos de forma que a gestão dos recursos se mantenha, no conjunto, dentro dos patamares definidos.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A exposição ao risco de liquidez se dá em duas situações: Na primeira, se relaciona com a possibilidade de não haver recursos suficientes para fazer jus a uma obrigação financeira em alguma data necessária.

A segunda situação está associada ao risco de se possuir ativos em montante necessário para o cumprimento de uma obrigação, contudo, ao tentar transformá-lo em caixa, o valor obtido com a sua venda pode ser inferior ao pretendido em função da conjuntura do mercado de capitais ou mesmo do volume financeiro que se pretende conseguir com a venda. Deve-se atentar ao fato de que a falta de liquidez e solvência podem coexistir, pois é possível ter ativos suficientes para pagar uma obrigação, sem a possibilidade de transformá-lo em caixa no prazo necessário.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante do IcatuFMP e, como prudência, pode ensejar a alteração do percentual de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção desta política e monitoramento dos ativos ilíquidos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos previdências no curto prazo.

4.4 RISCO DE SOLVÊNCIA

O risco de solvência se aplica aos planos com parcelas de benefício definido em sua composição e são caracterizados pela possibilidade de o valor presente dos ativos garantidores serem inferiores, em valor monetário, ao valor presente das obrigações.

A gestão desse risco se dá através da realização de estudos de casamento de ativos e passivos (Asset Liability Management – ALM) revistos anualmente com base nos cenários econômicos e respectivas Política de Investimentos e fluxos do passivo, estes característicos de cada Plano de Benefícios.

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional está relacionado aos seguintes aspectos inerentes às atividades da Entidade:

- Capacidade de perfeita execução das rotinas e atividades;
- Estrutura física e tecnológica;
- Manutenção da continuidade das operações da Entidade em casos extremos, como falta de luz ou de ocorrência de incêndio;
- Aderência e respeito às normas, regras e legislação vigentes;

Este risco está relacionado à possibilidade de falha, intencional ou não, durante a execução das atividades da Entidade bem como da observância e cumprimento das regras aplicáveis.

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados semestralmente através da avaliação dos processos de transmissão de informações e procedimentos operacionais, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos. Como resultado desse mapeamento, são elaborados planos de ação destinados a mitigar os riscos dessa natureza.

Os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos do IcatuFMP são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os riscos são identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto na Entidade. É realizada também a avaliação de eficácia dos respectivos controles.

Com o objetivo de se adequar às determinações da Resolução CGPC nº 13/2004, o IcatuFMP utiliza um sistema de avaliação de riscos e controles, sendo a ferramenta e a metodologia empregada adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito - Advogados e Consultores. O mencionado sistema tem como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos da Entidade, bem como servir de ferramenta para fundamentar as conclusões dos relatórios de controles internos emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme estabelece o artigo 19 da citada norma.

A matriz de risco é dividida entre os principais macroprocessos da Entidade: Cumprimento de Exigências Legais ao Órgão Regulador; Administração de Documentos Legais; Administração de Órgãos Estatutários; Implantação de Novos Negócios; Comercialização; Planejar Relacionamento; Administração de Operações; Gestão de Pagamentos; Administração de Investimentos; Movimentação Contábil e Riscos Gerais. As medições dos riscos e dos controles são feitas por usuários aptos a captar os riscos inerentes e a identificar os controles preventivos associados aos citados riscos e ocorrem

seguindo as orientações e critérios estipulados no Manual de Adequação dos Controles Internos da consultoria.

As matrizes de risco e controles consistem em eficazes ferramentas de monitoramento, além de serem utilizadas no assessoramento e controle de diversas áreas e órgãos estatutários tais como Compliance, Controles Internos, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, servindo igualmente como instrumento de implementação da gestão baseada em risco.

4.6 RISCO LEGAL E COMPLIANCE

É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis, regulamentações e/ou políticas e procedimentos formais. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes, risco de descumprimento do Regulamento dos Planos de Benefícios e do Estatuto Social, risco de inadequação do provisionamento das contingências judiciais ou risco com órgãos reguladores.

As áreas Jurídica e Compliance do Grupo Icatu Seguros contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como mitigar riscos legais e de Compliance nas operações da Entidade. Em relação ao acompanhamento e tratamento da legislação do mercado, a área de Compliance é a responsável pelo acompanhamento do cumprimento das obrigações legais da Entidade por meio do Calendário de Obrigações e pela elaboração dos Planos de Ação junto às áreas para atendimento das novas legislações.

4.7 RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se relaciona com a ocorrência de eventos que possam afetar um sistema como um todo, que seja ele o sistema no qual se inserem as EFPC ou mesmo o sistema financeiro de um país. O controle deste risco, via de regra, não está ao alcance das Entidades ou agentes dos sistemas, restando a estes o acompanhamento dos marcos regulatórios aplicáveis e do comportamento das variáveis que influenciam a sua atividade.

5. DISPONÍVEL

As disponibilidades da Entidade apresentam a seguinte composição:

Disponibilidades	2018	2017
Disponível	8.648	6.833
Imediato	8.494	6.539
Vinculado	154	294
(-) Saldo Credor (vide nota 9)	(5.631)	(4.758)
Total	3.017	2.075

6. GESTÃO PREVIDENCIAL - ATIVO

O Realizável da Gestão Previdencial da Entidade apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Patrocinadores	4.711	4.138
Contribuições do mês	4.066	3.479
Contribuições sobre 13º Salário	645	659
Participantes	3.661	3.433
Contribuições do mês	3.274	2.879
Contribuições em BPD	-	8
Contribuições sobre 13º Salário	387	546
Outros recursos a receber	21	7
Contribuições sobre 13º Salário	-	7
Aporte de Novos Planos	5	-
Bloqueio Judicial	3	-
Direitos a receber	13	-
Outros realizáveis	10.970	1.128
Tributos a Recuperar	169	177
Benefício/Resgates pago a maior	32	-
Outras Contas a Receber ⁽¹⁾	10.801	951
Depósitos Judiciais (Nota 10.4)	264	209
Total	19.628	8.915

⁽¹⁾ Recebimentos diversos cujas principais composições são:

- R\$ 3.800 referente a despesas a serem reembolsadas de consultoria atuarial e fluxo de quotização entre patrocinadoras.
- R\$ 5.902 (R\$ 420 em 2017) referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente.

7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA - ATIVO

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, a Entidade elaborou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A seguir apresentamos o Realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2018	2017
Contas a Receber	2.809	2.882
Contribuições para Custeio	631	870
Contribuições para Custeio em atraso ⁽¹⁾	-	484
Outros Recursos a Receber ⁽²⁾	2.178	1.528
Depósitos Judiciais / Recursais (Nota 10.4)	5.157	4.420
Outros Realizáveis	232	145
Total	8.198	7.446

⁽¹⁾ Contribuição a receber das patrocinadoras para o custeio das despesas administrativas dos planos em retirada de patrocínio (planos: Rio polímeros - R\$ 208; Suzano BD registrado no Plano BD Multi – R\$ 96; Suzano R\$ 598) e reprocessamento de cotas referente a TIMPREV Nordeste R\$ 484, cujo os valores foram baixados em dezembro de 2017.

⁽²⁾ Recebimentos diversos cujos principais componentes são:

- A - R\$ 2.058, referente a valores a recuperar de pagamento de Seguro Saúde dos Assistidos pago a maior;
- B - R\$ 120, referente a tributo a recuperar;

8. INVESTIMENTOS – ATIVO

A seguir apresentamos a distribuição dos investimentos nos exercícios de 2018 e 2017:

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimentos	2.427.844	98,85%	2.289.327	98,83%
Ações	76.336	3,11%	77.332	3,34%
Renda Fixa	250.668	10,21%	270.138	11,66%
Multimercado	2.100.840	85,54%	1.941.857	83,83%
Empréstimos e Financiamentos	7.650	0,31%	7.325	0,32%
Empréstimos	9.150	0,37%	8.662	0,37%
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.500)	-0,06%	(1.337)	-0,06%
Investimentos / Depósitos Judiciais/Recurais	20.575	0,84%	19.712	0,85%
Dep. Judicial Investimento	13.826	0,56%	13.825	0,85%
Atualização	6.749		5.887	0,00%
Total do Realizável dos Investimentos	2.456.069	100,00%	2.316.364	100,00%

Os valores das aplicações em fundos de investimentos foram obtidos com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

8.1. FUNDOS EXCLUSIVOS E NÃO EXCLUSIVOS

A Entidade possui em sua carteira de investimentos, fundos exclusivos e não exclusivos. A segregação dos ativos da carteira entre as categorias “para negociação” e “mantido até o vencimento” está demonstrada a seguir:

Fundos de Investimento	2018			2017		
	Negociação	Vencimento	TOTAL	Negociação	Vencimento	TOTAL
Fundos de Investimento - Exclusivos						
Fundo de Renda Fixa	9.728	43.330	53.058	51.427	43.120	94.547
Fundo Multimercado	1.292.084	164.163	1.456.247	1.743.427	156.534	1.899.961
Sub-Total	1.301.812	207.493	1.509.305	1.794.854	199.654	1.994.508
Fundos de Investimento - Não Exclusivos						
Fundo de Renda Fixa	197.614	-	197.614	175.591	-	175.591
Fundo Multimercado	644.589	-	644.589	41.896	-	41.896
Fundo de Ações	76.336	-	76.336	77.332	-	77.332
Sub-Total	918.539	-	918.539	294.819	-	294.819
Total	2.220.351	207.493	2.427.844	2.089.673	199.654	2.289.327

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e faixas de vencimento dos ativos constantes nos Fundos Exclusivos:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO	2018							
	Negociação				Vencimento			
Renda Fixa	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Títulos Públicos Federais								
LFT	18.261	355.353	19.496	-	-	-	-	393.110
LTN	33.047	6.307	-	-	-	-	-	39.354
NTNB	56.726	348.511	234.939	-	1.501	6.413	159.901	807.991
NTNC	-	-	6.974	-	-	-	39.677	46.651
NTNF	-	1.007	313	-	-	-	-	1.320
Operação Compromissada	73.287	167.647	92.182	-	-	-	-	333.116
Sub-Total	181.321	878.825	353.904	-	1.501	6.413	199.578	1.621.542
Títulos Privados	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
CCI	-	-	-	-	-	-	-	-
CDB	24.030	151	-	-	-	-	-	24.181
CRI	-	793	3.621	-	-	-	-	4.414
Debênture	14.405	102.641	24.334	-	-	-	-	141.380
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras e Cédulas de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	17.117	100.884	-	-	-	-	-	118.001
Letra Financeira Subordinada	2.005	9.192	21.596	-	-	-	-	32.793
Nota Promissória	13	4.845	-	-	-	-	-	4.858
Direito Creditório	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações								
Sub-Total	57.570	218.506	49.551	-	-	-	-	325.627
Cotas de Fundos de Investimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Sub-Total	-	-	-	262.624	-	-	-	262.624
Renda Variável	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Ações	-	-	-	221.630	1	-	-	221.631
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	3.625	-	-	-	3.625
Sub-Total	-	-	-	225.255	1	-	-	225.256
Outros Valores Mobiliários	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
Derivativos	-	-	-	7.835	-	-	-	7.835
Caixa	-	-	-	(15.040)	-	-	-	(15.040)
Sub-Total	-	-	-	(7.205)	-	-	-	(7.205)
Total investimentos	238.891	1.097.331	403.455	480.674	1.502	6.413	199.578	2.427.844

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS POR PRAZO DE VENCIMENTO				2017					
				Negociação			Vencimento		
Renda Fixa	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 Anos		
Títulos Públicos									
LFT	64.306	371.595	77.467	-	-	-	-	513.368	
LTN	6.582	37.860	-	-	-	-	-	44.442	
NTNB	26.529	286.280	202.294	-	1.466	6.210	154.649	677.428	
NTNC	-	2.606	11.744	-	-	-	37.329	51.679	
NTNF	23	1.011	7.267	-	-	-	-	8.301	
Operação Compromissada	37.860	170.390	96.009	-	-	-	-	304.259	
Sub-Total	135.299	869.742	394.781	-	1.466	6.210	191.978	1.599.477	
Títulos Privados									
CDB	14.338	5.956	-	-	-	-	-	20.294	
CRI	-	-	4.723	-	-	-	-	4.723	
Debênture	14.089	89.310	15.545	-	-	-	-	118.944	
DPGE	1.142	-	-	-	-	-	-	1.142	
Letras e Cédulas de Crédito Imobiliário	14	(464)	(22)	455	-	-	-	(17)	
Letra Financeira	48.811	54.678	-	-	-	-	-	103.489	
Letra Financeira Subordinada	22.942	6.291	3.933	-	-	-	-	33.166	
Nota Promissória	-	5.003	-	-	-	-	-	5.003	
Direito Creditório	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras aplicações	-	-	22	-	-	-	-	22	
Sub-Total	101.336	160.774	24.201	455	-	-	-	286.766	
Cotas de Fundos de Investimento									
Sub-Total	-	-	-	222.653	-	-	-	222.653	
Renda Variável									
Ações	-	-	-	169.450	-	-	-	169.450	
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	2.339	-	-	-	2.339	
Sub-Total	-	-	-	171.789	-	-	-	171.789	
Outros Valores Mobiliários									
Derivativos	942	71	5	-	-	-	-	1.018	
Caixa	-	-	-	7.624	-	-	-	7.624	
Sub-Total	942	71	5	7.624	-	-	-	8.642	
Total investimentos	237.578	1.030.587	418.987	402.521	1.466	6.210	191.978	2.289.327	

8.2. HIERARQUIA DE VALOR JUSTO

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Investimentos por Nível	2018				2017			
	Títulos	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Total	Nível 01	Nível 02	Nível 03
LFT	393.110	-	-	393.110	513.368	-	-	513.368
LTN	39.354	-	-	39.354	44.442	-	-	44.442
NTNB	807.991	-	-	807.991	677.428	-	-	677.428
NTNC	46.651	-	-	46.651	51.679	-	-	51.679
NTNF	1.320	-	-	1.320	8.301	-	-	8.301
Operação Compromissada	333.116	-	-	333.116	304.259	-	-	304.259
CDB	24.181	-	-	24.181	20.294	-	-	20.294
Debênture	141.380	-	-	141.380	118.944	-	-	118.944
Letra Financeira	118.001	-	-	118.001	103.489	-	-	103.489
Letra Financeira Subordinada	32.793	-	-	32.793	33.166	-	-	33.166
Cotas de Fundos de Investimento	-	266.249	-	266.249	-	222.653	-	222.653
Outras Aplicações	-	-	223.698	223.698	-	-	191.304	191.304
Empréstimos e Financiamentos	-	-	7.650	7.650	-	-	7.324	7.324
Total	1.937.897	266.249	231.348	2.435.494	1.875.370	222.653	198.628	2.296.648

8.3. TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

O quadro a seguir apresenta a composição dos papéis mantidos até o vencimento, registrados na carteira de fundos exclusivos da Entidade, comparados com seus respectivos valores de mercado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Títulos Mantidos até o Vencimento	2018		2017	
	Valor A Mercado	Valor Contábil	Valor A Mercado	Valor Contábil
NTN-B	218.417	167.816	201.533	162.325
NTN-C	49.513	39.677	44.236	37.329
Total	267.930	207.493	245.769	199.654

8.4. INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE PLANO

Plano de Benefício	Contribuição Definida		Contribuição Variável		Benefício Definido		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Segmentos de Investimento								
Renda Fixa	883.185	918.065	924.896	878.257	251.443	241.738	2.059.522	2.038.060
Renda Variável	153.269	99.043	141.309	127.022	11.693	7.383	306.271	233.448
Estruturados	52.733	17.819	169	-	-	-	52.902	17.819
Imobiliário	4.414	-	-	-	-	-	4.414	-
Exterior	967	-	3.766	-	-	-	4.733	-
Empréstimos e Financiamentos	7.172	6.832	-	-	478	493	7.651	7.325
Total dos Investimentos	1.101.740	1.041.759	1.070.140	1.005.279	263.614	249.614	2.435.494	2.296.652

8.5. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES

A carteira consolidada, líquida da provisão para crédito de liquidação duvidosa possui o montante de R\$ 7.650 (R\$ 7.324 em 2017). A Entidade mantém provisão referente a créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.500 (R\$ 1.337 em 2017), para fazer face a eventual inadimplência na carteira de empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

2018					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	8.561	94%	518	(1.389)	7.172
BD	589	6%	31	(111)	478
Total	9.150	100%	549	(1.500)	7.650

2017					
Modalidade	Valor (R\$ MIL)	(%)	Quantidade	Provisão para Perda	Posição
CD	8.077	93%	547	(1.245)	6.832
BD	585	7%	31	(92)	493
Total	8.662	100%	578	(1.337)	7.325

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional representa as operações correntes dos planos administrados pela Entidade, conforme segue:

Exigível Operacional	2018	2017
Gestão Previdencial	14.259	6.977
Benefícios a Pagar	2.151	1.655
Retenções a Recolher	2.101	2.457
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	10.007	2.865
Gestão Administrativa	2.363	2.295
Contas a Pagar	1.901	1.820
Retenções a Recolher	78	103
Compromissos a pagar	283	44
Obrigações Tributárias	101	101
Outras Exigibilidades	-	227
Investimentos	5.753	5.593
Empréstimos e Financiamentos	122	835
Relacionadas com o Disponível	5.631	4.758
Total	22.375	14.865

⁽¹⁾ Obrigações diversas a pagar da Gestão Previdencial cujos principais componentes são:

A - R\$ 799 (R\$ 799 em 2017), referente a valores recebidos a maior de patrocinadoras, não apropriados nas contas de provisões matemáticas a serem devolvidos ou compensados com contribuições futuras das respectivas patrocinadoras; e

B - R\$ 3.800 (R\$ 2.157 em 2017), referente ao repasse de custeio administrativo do Plano para o PGA, cujo registro existe em igual valor no ativo da Gestão Administrativa nas contas de recebimento de contribuição para custeio e outros recursos a receber. A respectiva transferência ocorre no mês subsequente.

C - R\$ 5.902 (R\$ 420 em 2017), referente a alteração de reserva CD entre perfis e/ou patrocinadoras, cuja transferência ocorre no mês subsequente. Trata-se de operações transitórias e, portanto, existe o registro de igual valor no ativo, vide item 6 B.

10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros em ações cíveis e por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores em ações fiscais. Essas contingências são avaliadas por escritórios jurídicos terceirizados que representam o IcatuFMP em tais demandas, levando em consideração a probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidação das obrigações, sendo estimados os montantes. Os processos judiciais e suas classificações são revisados periodicamente pelo Jurídico.

10.1. Gestão Previdencial

Com relação aos processos cíveis relacionados a gestão previdencial, cujos principais pedidos são expurgos inflacionários e revisão de benefícios, possuímos o valor atualizado de R\$6.613, (R\$5.746 em 2017). Atendendo as melhores práticas contábeis e conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, os processos classificados com a perda provável são registrados no Exigível Contingencial do plano ao qual corresponde a ação e representam o montante de R\$1.049 (R\$1.080 em 2017), dentro deste montante existem processos relacionados as ações coletivas, no valor de R\$422 (R\$327 em 2017). Contudo, este não corresponde ao valor em risco já que não foi possível ainda identificar os participantes atrelados ao IcatuFMP.

Os processos cuja classificação de perda é possível são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$4.784 (R\$4.175 em 2017). Já aqueles cuja classificação de perda é remota são objeto de menção nesta nota e correspondem ao montante de R\$280 (R\$ 492 em 2017). O valor atualizado total dos depósitos judiciais correspondem a quantia de R\$264 (R\$209 em 2017).

O MS nº 00004152820114025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Houve a obtenção de liminar no processo em questão autorizando o depósito judicial mensal dos valores vencidos a partir de março de 2011. A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$1.866 (R\$1.869 em 2017) e a probabilidade de perda é provável.

A Execução Fiscal 05031294020074025101 tem como exequente a Fazenda Nacional e como executada a Canadá Life Fundo de Pensão. Nela se executa débitos de IRPJ, PASEP, PIS e COFINS, inscritos em dívida ativa. Tendo em vista a incorporação da Canadá Life Fundo de Pensão pelo IcatuFMP, foi solicitada a substituição do polo passivo para constar o IcatuFMP como sucessora. A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$355 (R\$363 em 2017) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

10.2. Gestão Administrativa

O MS nº 00850189220154025101 tem como impetrante o IcatuFMP e visa a recuperação dos valores de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes de administração de planos de benefícios pagos indevidamente pela Entidade, bem como o não recolhimento futuro das mencionadas contribuições, face a Lei nº12.973/14. Estamos efetuando depósito judicial mensal dos valores com período de apuração a partir de janeiro de 2015. A sentença foi desfavorável. Estamos aguardando julgamento da apelação. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$1.921 (R\$1.314 em 2017) e o processo está classificado com probabilidade de perda possível.

Os MS nº 200234000046400 e 200661000127052 foram impetrados pela Previkodak em face da União Federal para discutir PIS e COFINS, face a inconstitucionalidade do §1º do art. 3 da Lei 9.718/98. Sentença e apelação desfavoráveis. Estamos aguardando julgamento do Recurso Especial e Extraordinário. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$911 (R\$873 em 2017) e a probabilidade de perda é possível.

10.3. Gestão Investimentos

A ação ordinária 200234000046743 e as cautelares 200234000022477, 200334000282858, e 200234000022450 que têm como autora a Previkodak e como ré a União Federal, objetiva a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue a Previkodak ao pagamento de imposto de renda já que a Entidade é proibida por lei de auferir lucro, bem como a declaração de que a entidade possui imunidade desde sua criação até junho de 1999 e a inconstitucionalidade dos artigos 5º, parágrafo 1º e 8º da Medida Provisória 25/2002. Decisão desfavorável em 1ª instância. Aguardando julgamento da apelação. Antes de migrado o plano para o Icatu FMP, a Previkodak efetuou depósitos judiciais em três desses quatro processos. O valor atualizado total dos depósitos judiciais corresponde a R\$20.573 (R\$19.712 em 2017) e a probabilidade de perda é possível e remoto.

10.4. Probabilidade de Perda das Causas Cíveis e Fiscais

Probabilidade de Perda das Causas Cíveis e Fiscais						
Causas Cíveis						
Probabilidade de Perda	Quantidade	31/12/2018		31/12/2017		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽¹⁾	43	1.049	807	42	1.080	1.080
Possível	43	4.784	-	46	4.174	-
Remoto	22	280	-	19	492	-
Total	108	6.113	807	107	5.746	1.080

Causas Fiscais - Administrativas						
Probabilidade de Perda	Quantidade	31/12/2018		31/12/2017		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável ⁽²⁾	1	4.854	4.854	1	4.125	4.125
Possível ⁽³⁾	4	1.150	355	4	982	363
Remoto	-	-	-	-	-	-
Total	5	6.004	5.209	5	5.107	4.488

Causas Fiscais - Investimentos						
Probabilidade de Perda	Quantidade	31/12/2018		31/12/2017		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável	2	14.346	20.322	2	14.346	19.459
Possível	6	1.587	1.587	6	1.587	1.587
Remoto	2	343	343	2	343	343
Total	10	16.276	22.252	10	16.276	21.389

⁽¹⁾ O valor provisionado difere do valor estimado do risco devido a causas coletivas/indivisíveis movidas por Sindicatos.

⁽²⁾ Processo relativo ao PIS/COFINS, cujo provisionamento segue os valores a depositados judicialmente conforme liminar.

⁽³⁾ Processo relativo à Execução Fiscal da extinta Canadá Life Fundo de Pensão, cuja provisão administrativa foi realizada em função da transferência de gerenciamento de um dos planos administrados pela Entidade.

A Entidade apresenta depósitos judiciais relacionados às causas cíveis e fiscais conforme demonstramos abaixo:

Causas	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	6	264	209
Fiscais - Administrativo	7	5.157	4.420
Fiscais - Investimento	10.3	20.575	19.712
Total		25.996	24.341

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários de cada plano, considerando as características peculiares dos regulamentos dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As mutações das reservas matemáticas estão demonstradas como segue:

Provisão Atuarial	2018	Mutação	2017
Provisões Matemáticas	2.272.692	134.721	2.137.971
Benefícios Concedidos	915.538	21.977	893.561
Contribuição Definida	729.859	18.066	711.793
Saldo de Contas dos Assistidos	729.859	18.066	711.793
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	185.679	3.911	181.768
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	140.421	3.012	137.409
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	45.258	899	44.359
Benefícios a Conceder	1.372.374	112.304	1.260.070
Contribuição Definida	1.320.772	108.211	1.212.561
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es)	619.271	52.471	566.800
Saldo Patrocinador (es) – Serviço Passado a Integralizar	266	(324)	590
Saldo de Contas – Parcela Participantes	701.235	56.064	645.171
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	47.777	4.492	43.285
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	70.390	3.316	67.074
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(15.413)	2.345	(17.758)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(7.200)	(1.169)	(6.031)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.825	(399)	4.224
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.450	(1.686)	7.136
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.402)	1.239	(2.641)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(223)	48	(271)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15.220)	440	(15.660)
(-) Serviço Passado	(891)	324	(1.215)
(-) Patrocinador (es)	(625)	-	(625)
(-) Serviço Passado a constituir CD	(266)	324	(590)
(-) Déficit Equacionado	(12.507)	2.811	(15.318)
(-) Patrocinador (es)	(12.507)	2.811	(15.318)
(+/-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinária	(1.822)	13.496	(15.318)
(+/-) Patrocinador (es)	(1.822)	(2.695)	873

De acordo com as legislações em vigor, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial anual demonstraram adequação e aderência às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios, bem como à rentabilidade projetada dos recursos garantidores relacionados aos benefícios atuariais e ao fluxo de receitas e despesas, conforme seus respectivos estudos específicos:

- Estudo específico de aderência e adequação da taxa real de juros, comprovando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao

fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios. O estudo foi elaborado por consultorias externas e independentes.

- Estudo específico de aderência e adequação das demais hipóteses atuariais, comprovando a aderência dessas hipóteses em um período histórico de, no mínimo, três exercícios. O estudo foi elaborado por consultorias atuariais externas e independentes.

Os referidos estudos foram elaborados em consonância com a Resolução CGPC nº 18/2006 e suas alterações, com base nos documentos apresentados pelas consultorias atuariais, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e acompanhados de Parecer do Conselho Fiscal.

11.1 Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado

Em atendimento ao ofício 182/ERRS/PREVIC, dos planos Springer e Otis de benefícios, é registrado o valor total da contribuição especial de cada participante, em uma subconta do grupo de “reserva matemática a constituir de serviço passado” e em contrapartida a este, o registro na conta de benefícios a conceder intitulada “reserva de serviço passado a integralizar”, com o objetivo de atender à solicitação e não gerar um superávit fictício nos planos. Tais contas registram mensalmente os valores das contribuições especiais recolhidos pela Patrocinadora e serão atualizados anualmente no mês de junho.

Abaixo demonstração da contabilização do processo citado acima:

Provisões matemáticas a constituir - Serviço Passado	2018	
	Plano de Benefícios Otis	Plano de Benefícios Springer
Benefícios a conceder	80	186
Contribuição definida	80	186
Provisões matemáticas a Constituir	(80)	(186)
(-) Serviço Passado	(80)	(186)

11.2 Déficit equacionado

Ao fim do exercício de 2016, para os planos que se encontram em déficit e, sendo este déficit superior do limite definido pela legislação, foram estruturados, com base nas Resoluções CGPC nº 18/2006, nº 26/2008, planos de equacionamento para este déficit, atendendo à legislação vigente.

Desta forma, este equacionamento será realizado através de contribuições extraordinárias das patrocinadoras e/ou pela utilização do Fundo de Reversão de saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível. O prazo de equacionamento varia de acordo com cada plano, sendo em média de 12 anos.

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados em resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados e a respectiva movimentação no exercício está descrita a seguir:

Saldos	2018	2017
Saldo no exercício anterior	62.579	48.753
Entrada por transferência de gerenciamento	(959)	13.826
Saldo no exercício atual	61.620	62.579

13. FUNDOS

Os fundos apresentam saldos em 2018 e 2017 e são classificados conforme abaixo:

Fundos	2018	2017
Fundos Previdenciais	100.248	90.395
Fundos Administrativos	7.340	7.118
Saldo no exercício atual	107.588	97.513

As mutações estão demonstradas como segue:

Saldos	Fundos Previdenciais	Fundos Administrativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	90.395	7.118	97.513
Constituição de fundos	9.853	222	10.075
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.248	7.340	107.588

Os fundos de natureza previdenciais são compostos por:

Descrição	2018	2017
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	40.579	36.356
Revisão de Plano	54.149	48.454
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	5.520	5.585
Total de Fundos Previdenciais	100.248	90.395

14. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS – MIGRAÇÕES

As operações relativas às movimentações entre planos de benefícios e patrocinadoras estão demonstradas como segue:

Planos	2018		2017	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida Previ-Continental	1.842	1.842	275	275
Plano de Benefícios AT&T GNS	14.723	14.723	8.487	8.487
Plano de Benefícios Carestreamprev	10.699	10.699	6.110	6.110
Plano de Benefícios Previkodak	9.039	9.039	18.889	18.889
Plano de Aposentadoria Metalsa	180	180	-	-
Plano de Aposentadoria Sabc	6.687	6.687	-	-
Plano de Benefícios Keysight	441	441	169	169
Plano de Benefícios CMSPREV	105	105	17	17
Plano de Aposentadoria Xprev CD	59.751	59.751	2.379	2.379
Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros	2.347	2.347	1.667	1.667
Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.	74	74	491	491
Total	105.888	105.888	38.484	38.484

15. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas as Entidades caracterizadas em virtude da significativa participação nas operações e na administração do IcatuFMP.

Sumário das transações:

	2018		2017	
	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	(1.507)	(7.772)	(1.669)	(8.498)
	(1.507)	(7.772)	(1.669)	(8.498)

As operações com partes relacionadas referem-se a:

- Prestação de Serviços:

A Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda, é prestadora de Serviços do IcatuFMP, cuja contraprestação financeira é liquidada mensalmente. O montante desta Despesa em 2018 foi de R\$ 7.772 (R\$ 8.498 em 2017). Tais serviços são realizados em condições definidas em contrato firmado entre as partes.

A Icatu Gestão Patrimonial Ltda. e a Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., são gestores de fundos de investimentos e aqui conceituadas partes relacionadas em razão da relevante alocação de recursos (acima de 50% do Patrimônio do IcatuFMP). A contraprestação financeira desta prestação de serviços é liquidada diretamente dos fundos de investimentos através de percentuais de taxa de administração e performance, quando aplicável, cobradas pelos administradores fiduciários.

- **Influência Administrativa:**

A Icatu Seguros S/A., os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria Executiva; a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., e Administradores, são aqui denominados partes relacionadas independentemente da existência de contraprestação financeira, em função exclusiva de suas responsabilidades junto aos órgãos de administração do IcatuFMP, conforme previsão estatutária, especialmente em relação aos membros do pessoal chave da administração, ressaltando ainda, que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico.

16. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Instrução PREVIC nº19/2015 disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de que acionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada nas respectivas avaliações atuariais e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos dos planos elegíveis em 31 de dezembro de 2018 resultou em um valor positivo de R\$ 1.633 (R\$2.549 em 2017), conforme demonstrativo a seguir:

2018					
Título Público	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil - R\$ mil	Valor Ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor Ajuste de Precificação - R\$ mil
NTN-B	15/05/2019	472	1.501	1.503	2
NTN-B	15/08/2020	565	1.816	1.829	13
NTN-B	15/08/2020	395	1.269	1.279	10
NTN-B	15/08/2022	587	1.880	1.909	29
NTN-B	15/05/2023	460	1.449	1.477	28
NTN-B	15/08/2024	3.372	10.871	11.008	137
NTN-B	15/08/2030	870	2.740	2.867	127
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.739	4.943	204
NTN-B	15/05/2035	25	77	82	5
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.488	6.860	372
NTN-B	15/08/2040	1.547	4.929	5.146	217
NTN-B	15/08/2045	1.117	3.387	3.676	289
NTN-B	15/08/2050	713	2.185	2.385	200
Total		13.723	43.331	44.964	1.633

2017					
Título Público	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil - R\$ mil	Valor Ajustado pela taxa atuarial - R\$ mil	Valor Ajuste de Precificação - R\$ mil
NTN-B	15/08/2018	473	1.466	1.472	6
NTN-B	15/05/2019	472	1.442	1.454	12
NTN-B	15/08/2020	960	2.962	3.013	51
NTN-B	15/08/2022	587	1.806	1.858	52
NTN-B	15/05/2023	460	1.391	1.440	49
NTN-B	15/08/2024	3.372	10.458	10.746	288
NTN-B	15/08/2030	870	2.632	2.820	188
NTN-B	15/08/2030	1.500	4.554	4.863	309
NTN-B	15/05/2035	25	74	81	7
NTN-B	15/05/2035	2.100	6.236	6.782	546
NTN-B	15/08/2040	1.547	4.741	5.106	365
NTN-B	15/08/2045	1.117	3.257	3.659	402
NTN-B	15/08/2050	713	2.104	2.378	274
Total		14.196	43.123	45.672	2.549

O Plano de Benefícios BD Lanxessprev no exercício de 2018 apresentou-se com déficit contábil de R\$ 2.664 (R\$ 2.833 em 2017). Tendo em vista o seu plano de equacionamento, faz-se necessária a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apuração do equilíbrio Técnico Ajustado	2018	2017
a) Equilíbrio Técnico	(2.694)	(2.833)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	(1.633)	(2.459)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(1.031)	(284)

17. ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação dos planos de benefício definido e contribuição definida no Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018:

Conta	2018	2017
Participação Plano de Gestão Administrativa	7.340	7.118
Participação no Fundo Administrativo PGA	7.340	7.118
Superavit Técnico Acumulado	2.724	2.844
(-) Deficit Técnico Acumulado	(2.724)	(2.844)

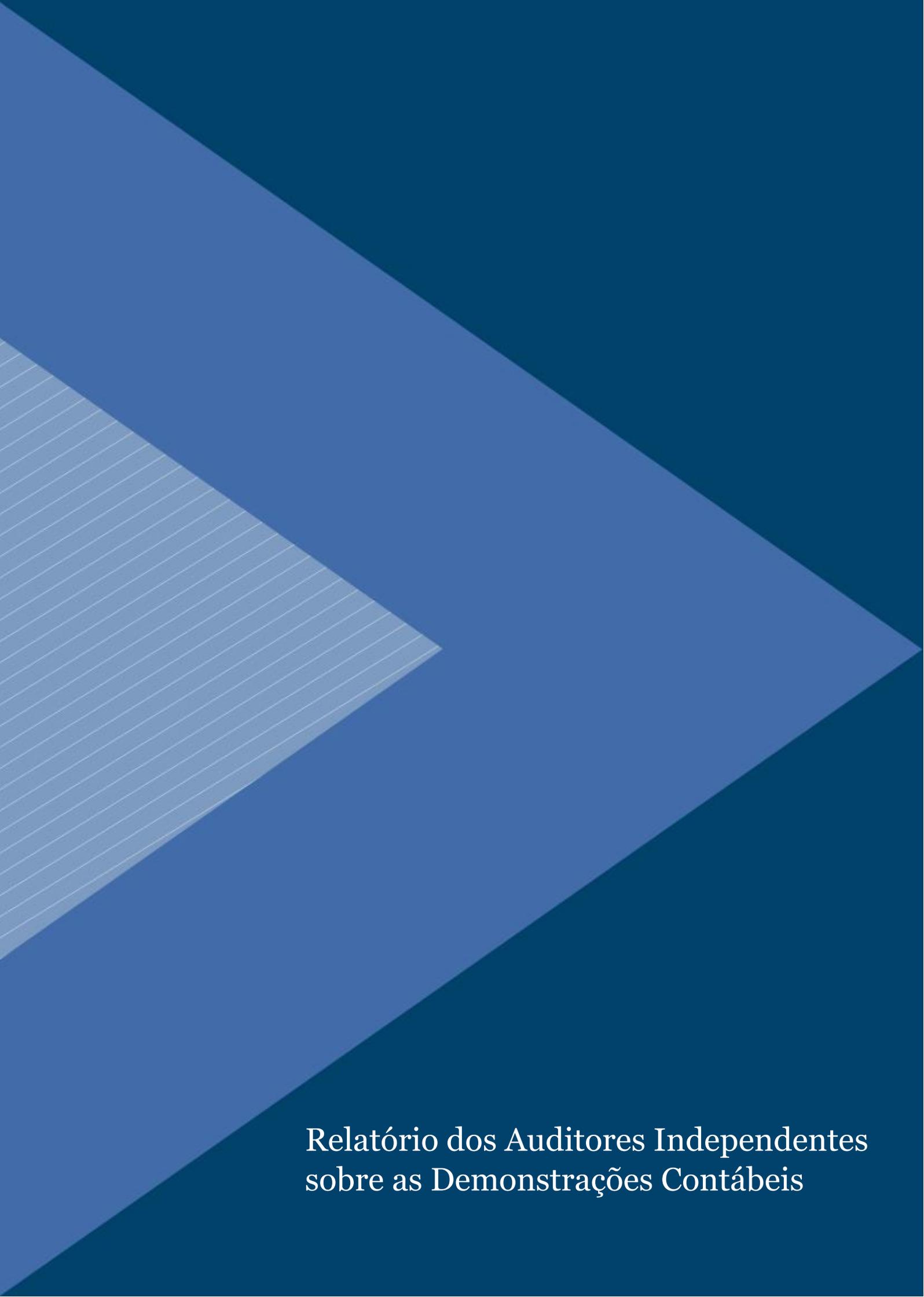
18. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O IcatuFMP tem na sua composição 40 planos, destes 16 são da modalidade de Contribuição Definida, 17 da modalidade de Contribuição Variável e 07 da modalidade de Benefício Definido, cujo resultado acumulado do exercício de 2018 foi deficitário em R\$ 959 gerando um resultado técnico acumulado de R\$ 61.620, sendo composto por R\$ 23.919 de Reserva de Contingência e R\$ 37.701 de Reserva Especial para Revisão do Plano.

No encerramento do exercício de 2018 apresentou no resultado dos investimentos líquido de R\$ 215.341 (R\$ 236.628 em 2017), destes, R\$ 214.529 da Gestão Previdencial e R\$ 812 da Gestão Administrativa). Todos os índices de referência que regem as Políticas de Investimentos, em 2018, obtiveram retornos positivos. O ano de 2018 foi marcado por um forte processo desinflacionário no Brasil. O crescimento começou a mostrar sinais mais consistentes de recuperação, assim como o mercado de trabalho. As contas externas do país apresentaram acentuada recuperação, catapultadas por uma robusta balança comercial e por investimentos estrangeiros diretos extremamente robustos. As contas públicas (ou quadro fiscal) ainda é uma fonte de preocupação grande a longo-prazo, mas avanços significativos foram atingidos na agenda econômica local. Este ambiente permitiu que o Banco Central continuasse um processo agressivo de corte da Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Neste contexto o IBrX apresentou valorização de 15,4227,55%. Diante dessa conjuntura, todos os planos do IcatuFMP foram impactados positivamente, com destaque, para a parcela de investimentos em renda variável.

Sergio Egídio
Diretor Superintendente
CPF: 153.567.778-33

Marcos Celio Santos Nogueira
Contador
CRC/RJ: 089351/O-8
CPF: 991.742.787-20



Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores do
Icatu Fundo Multipatrocinado
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do Icatu Fundo Multipatrocinado (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29 em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Icatu Fundo Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

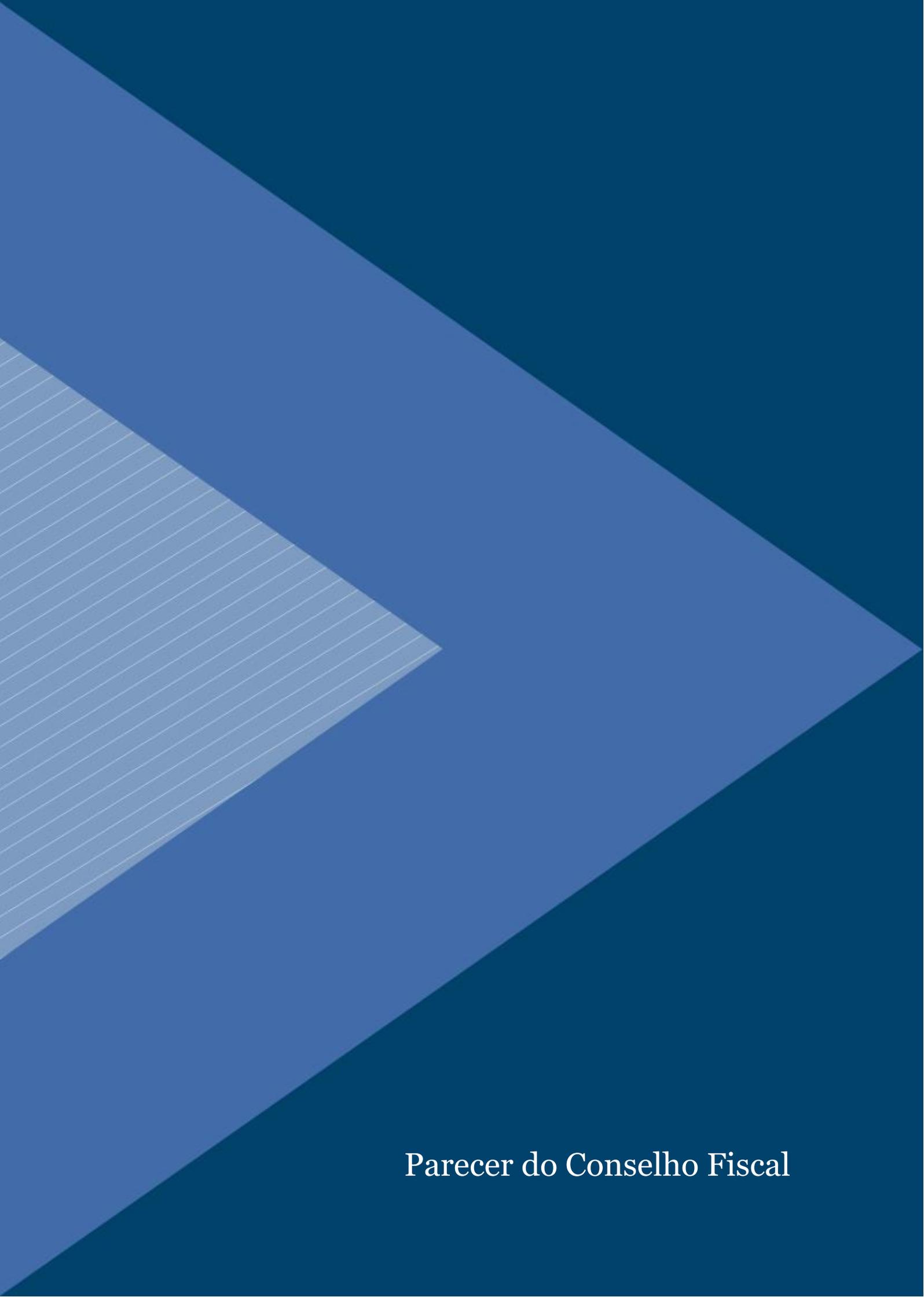
ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3



Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL (EXERCÍCIO 2018)

Com base no resultado do seu trabalho, bem como fundamentado nas revisões, avaliações e Planos de Ação acima mencionados, o Conselho Fiscal considera e conclui que os resultados apresentados, relativos ao semestre findo em 30 de dezembro de 2018, têm grau de eficácia suficiente para garantir:

- ✓ A aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos;
- ✓ A aderência das premissas e hipóteses atuariais ao plano de benefícios: e
- ✓ A execução orçamentária.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Luiz Eduardo Edelsberg

Conselheiro

Heber Leal Marinho Wedemann

Conselheiro

Carlos Norberto Strelow

Conselheiro



Manifestação do Conselho Deliberativo

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO (EXERCÍCIO 2018)

Certifico que, em reunião realizada no dia 27/03/2019, o Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 16 do Estatuto Social, analisou o relatório, balanço e as demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício social de 2018, juntamente com relatório da Ernst&Young Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, ambos sem ressalvas, deliberando, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as demonstrações contábeis e prestação de contas da Diretoria Executiva da Entidade relativas ao exercício social de 2018.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Luciana da Silva Bastos

Presidente

Resultados do Plano de Aposentadoria da T-Systems



Demonstrações Contábeis e
Financeiras do Plano

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	59.648	55.225	8%
1. Adições	8.944	10.117	-12%
(+) Contribuições	3.413	3.589	-5%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.531	6.517	-15%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	11	-100%
2. Destinações	(4.457)	(5.694)	-22%
(-) Benefícios	(4.336)	(5.579)	-22%
(-) Custeio Administrativo	(121)	(115)	5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.487	4.423	1%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.222	3.837	10%
(+/-) Fundos Previdenciais	314	477	-34%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(49)	109	-145%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	64.135	59.648	8%
C) Fundos não previdenciais	(7)	(45)	-84%
(+/-) Fundos Administrativos	(7)	(45)	-84%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	64.265	59.725	8%
Disponível	14	-	100%
Recebível	249	295	-16%
Investimento	64.002	59.430	8%
Fundos de Investimento	64.002	59.430	8%
2. Obrigações	130	70	86%
Operacional	130	70	86%
3. Fundos não Previdenciais	-	7	-100%
Fundos Administrativos	-	7	-100%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	64.135	59.648	8%
Provisões Matemáticas	62.848	58.626	7%
Superávit/Déficit Técnico	(60)	(11)	445%
Fundos Previdenciais	1.347	1.033	30%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

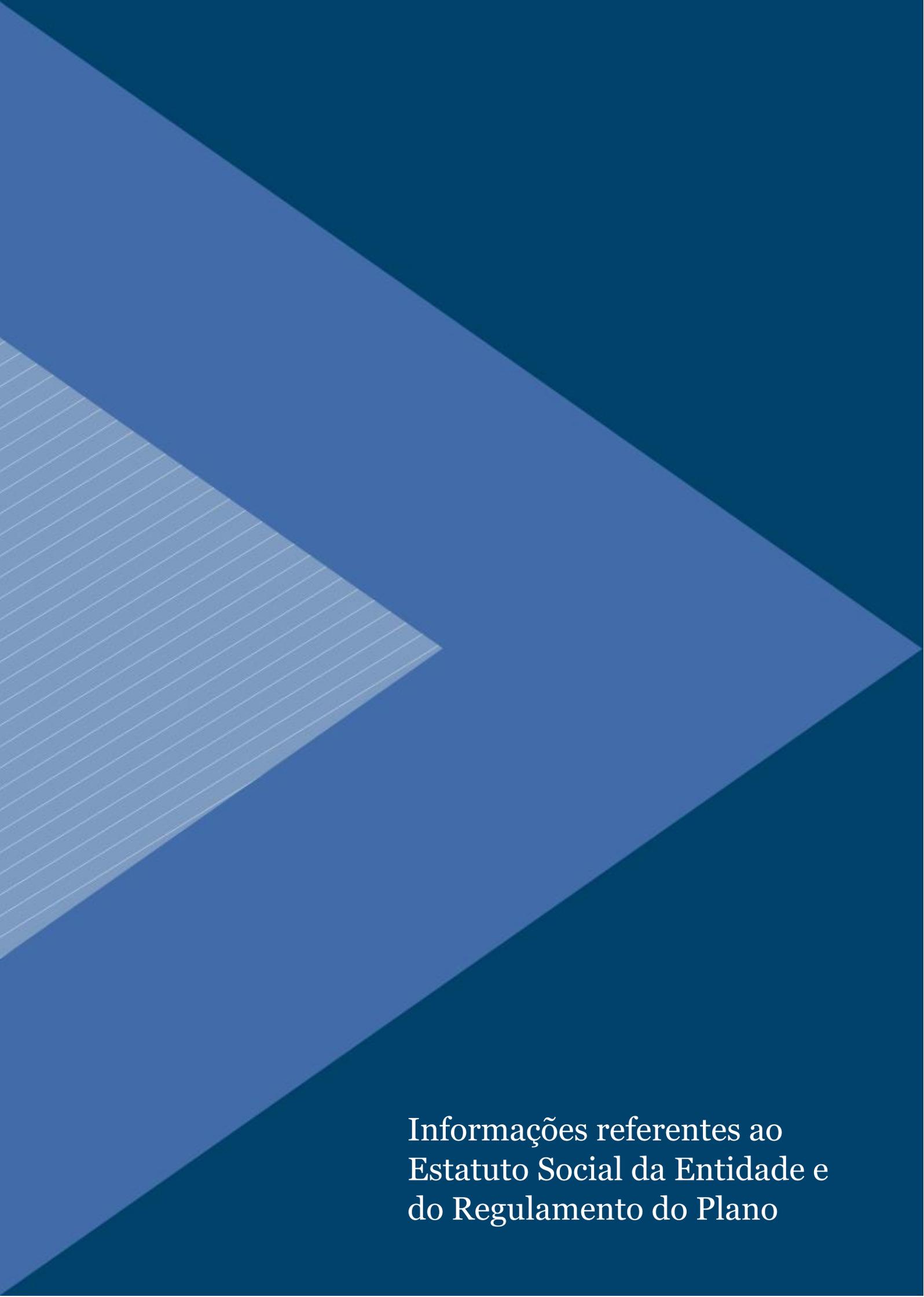
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	64.265	59.718	8%
1. Provisões Matemáticas	62.848	58.626	7%
1.1. Benefícios Concedidos	19.930	17.672	13%
Contribuição Definida	16.875	14.704	15%
Benefício Definido	3.055	2.968	3%
1.2. Benefício a Conceder	42.918	40.954	5%
Contribuição Definida	42.918	40.954	5%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	19.100	18.529	3%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	23.818	22.425	6%
2. Equilíbrio Técnico	(60)	(11)	445%
2.1. Resultados Realizados	(60)	(11)	445%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(60)	(11)	445%
3. Fundos	1.347	1.033	30%
3.1. Fundos Previdenciais	1.347	1.033	30%
4. Exigível Operacional	130	70	86%
4.1. Gestão Previdencial	130	23	465%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	47	-100%



Despesas Administrativas e
com Investimentos do Plano

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM INVESTIMENTOS DO PLANO

(R\$ Mil)	589	100,00%
Despesas Diretas	419	71,11%
Treinamentos/Congressos	2	0,34%
Administradora de Planos	282	47,86%
Auditoria Externa	8	1,36%
Consultoria Atuarial	93	15,78%
Consultoria Jurídica	4	0,68%
PIS/COFINS	17	2,89%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	5	0,85%
Tarifas Bancárias	4	0,68%
Associações de Classe	3	0,51%
Outras Despesas	1	0,17%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	170	28,89%
Taxa ANBID	3	0,43%
Taxa CETIP	29	4,98%
Taxa CVM	15	2,55%
Taxa de Administração	102	17,28%
Taxa de Custódia	6	1,04%
Taxa SELIC	1	0,25%
Despesas de Auditoria	11	1,89%
Despesa com Book	3	0,47%



Informações referentes ao
Estatuto Social da Entidade e
do Regulamento do Plano

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano.

O Estatuto e Regulamento vigentes estão disponíveis para consulta no site <https://portal.icatuseguros.com.br>, na área restrita ao Participante - Minha Conta - IcatuFMP. Caso ainda não possua login e senha de acesso, efetue seu cadastro através do site ou, se preferir, entre em contato com a Centro de Relacionamento pelo telefone 0800 285 3004 e solicite seu cadastro.



Informações referentes à
Política de Investimentos

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2018

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

15/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Sergio Egidio

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO

O IcatuFMP utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+,brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 05% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODYS	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	TOTAL SEGMENTO RF		70%	100%	85%	
	Título Público Pré-fixado	IRFM	0%	10%	0%	IRFM
	Título Público Pós-fixado	IMA-S	15%	70%	45%	IMA-S
	Título Público Inflação	IMA-B	0%	20%	10%	IMA-B
	Crédito Privado	CDI	10%	50%	30%	102% do CDI
Renda Variável	TOTAL SEGMENTO RV		0%	30%	15%	
	Fundo de Dividendos	IDIV	0%	30%	0%	IDIV
	Fundo Valor	IBrX	0%	30%	0%	IBRX
	Fundo Ação Livre	IBrX	0%	30%	15%	IBRX
	Fundo Ação Passivo	IBrX	0%	30%	0%	IBrX

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2018 iniciou-se com expectativa de crescimento do PIB brasileiro em torno de 2,7% e chegamos ao final do ano com crescimento esperado em torno de 1,5%. A volatilidade causada pelo cenário eleitoral, a letargia do Governo/Congresso para votar qualquer medida importante para economia e, ainda, a greve dos caminhoneiros, que trouxe à tona a forte dependência do modal rodoviário na atividade econômica e a inabilidade do Governo no tratamento da questão, foram alguns fatores internos que impactaram negativamente a economia brasileira em 2018

Paralelamente, o cenário global piorou, com destaque para continuidade da elevação da taxa de juros americana e início de uma “Guerra Comercial” dos Estados Unidos, principalmente com a China, fato que provocou desvalorização do câmbio dos países emergentes de uma forma geral.

Não podemos esquecer, no entanto, a melhora do sentimento do mercado no País, após o resultado do primeiro turno das eleições, que mostrou boa vantagem do candidato do PSL Jair Bolsonaro sobre

o candidato do PT Fernando Haddad. No mês de outubro, a Bolsa brasileira apresentou forte valorização e os juros futuros mostraram relevante queda. Neste contexto, entendemos que o mercado precificou as reformas prometidas na campanha do candidato do PSL, sendo a principal delas, a Reforma da Previdência, mas não esquecendo questões importantes como a reforma tributária e privatizações.

Abaixo apresentamos o nosso cenário de referência para as principais variáveis econômicas.

INDICADORES	2018
PIB - %	2,64%
US\$ final - R\$	3,28
IGPM - %	4,10%
IPCA - %	3,80%
SELIC Fim de Período - %	7,00%
SELIC Média - %	7,00%
Bolsa (130% SELIC Média) - %	12,50%

Fonte: Icatu Fundos de Pensão e IcatuFMP (Data base 09/2017)

Na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, é possível a utilização de cenários de curto prazo para fazer micro alocações (escolha de estratégias ou ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa e etc.) e para fazer alocação tática nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior, dentro dos limites aprovados.



Relatório Resumo das
informações do Demonstrativo
de Investimentos

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Icatu Fundo Multipatrocinado acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

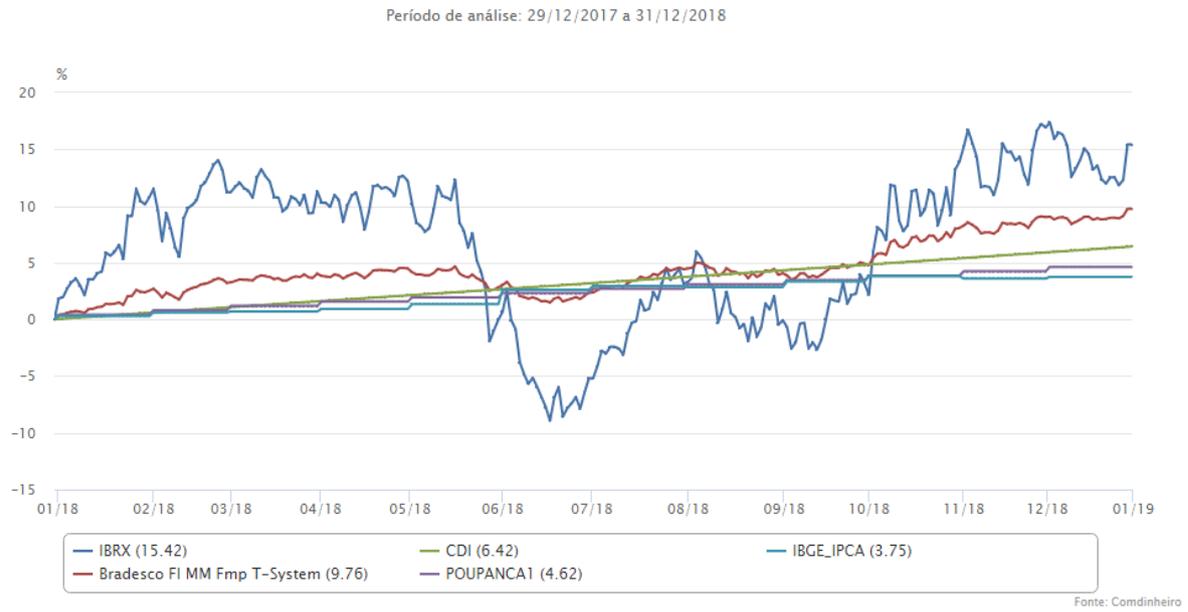
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 4.661, 25 de maio de 2018, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

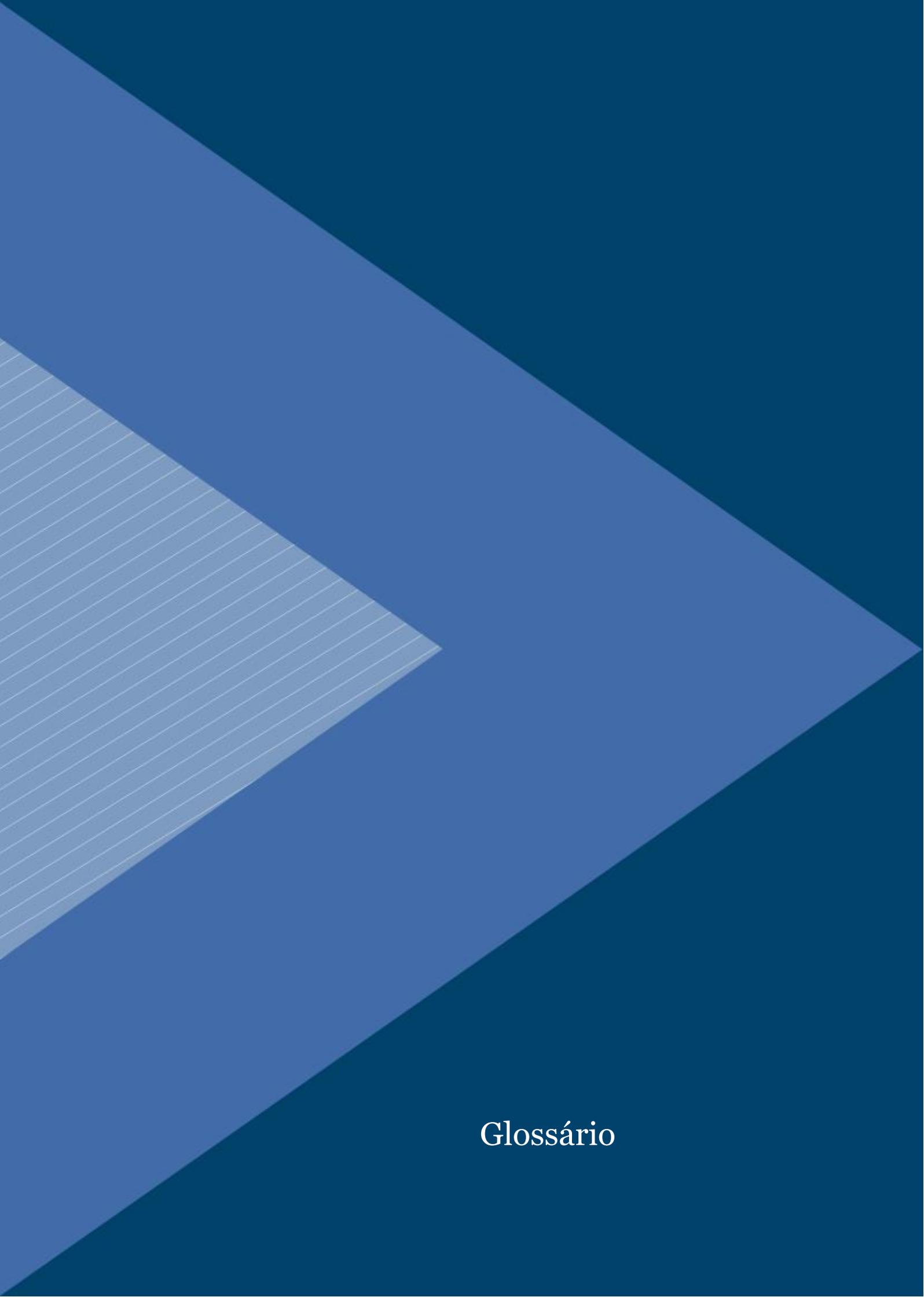
Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Cotas (FIC), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2018 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Plano de Benefícios	2018		2017	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Segmentos				
Renda Fixa	52.224	81,58%	50.721	85,36%
Renda Variável	11.778	18,40%	8.709	14,66%
Investimentos Estruturados	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	64.002	99,98%	59.430	100,02%
Disponível	14	0,02%	10	-0,02%
Total dos Recursos Garantidores	64.016	100,00%	59.420	100,00%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO





Glossário

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: Radiografia das aplicações financeiras dos planos de benefícios feitas mensalmente pela EFPC, mas cuja divulgação para participantes e assistidos deve ser anual e integra o Relatório Anual.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil, ou outros fatos financeiros considerados relevantes.

Relatório do Auditor Independente: o Relatório do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: Documento elaborado pelo atuário no qual certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do plano em determinada data, expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano ou qualquer outro assunto inerente a sua competência.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento elaborado para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do plano.



Anexo Parecer Atuarial

IcatuFMP

Fale Conosco

IcatuFMP 0800 285 3004

icatuonline.com.br

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações
ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC IcatuFMP 0800 286 0116